

RESULTADO

4T21 e 2021

taesa

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2022

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa” ou “Companhia”; B3: TAEE3, TAEE4, TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do quarto trimestre e do ano de 2021.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras.

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através do Ofício Circular nº 04/2020 de 1º de dezembro de 2020, forneceu orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 (equivalentes às IFRS 15 e IFRS 9, respectivamente) para as companhias transmissoras de energia elétrica de capital aberto principalmente relacionados a: (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto os ativos dos contratos de concessão; (iii) orientação quanto a classificação dos ativos da Lei 12.783 – SE como Ativo de contrato; (iv) segregação em rubrica especifica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; e (v) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função de alteração na base regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração de capital (WACC regulatória) em rubrica abaixo da margem operacional.

A Companhia adequou suas práticas contábeis em relação aos seus ativos de contrato, revisando suas estimativas e julgamentos sobre as margens e taxas de remuneração dos projetos (taxas implícitas), visto que no modelo anterior utilizava-se as WACC regulatórias estabelecidas pela ANEEL. Todos os impactos foram calculados e registrados no 4T20. Posteriormente, para efeitos de comparabilidade, a Companhia procedeu com a reapresentação dos valores correspondentes de 31 de março, de 30 de junho, de 30 de setembro e 31 de dezembro de 2020 a cada respectiva divulgação trimestral de 2021.

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação.

É importante mencionar que o Resultado Regulatório é auditado anualmente na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Portanto, o prazo para conclusão da auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCRs se encerram em 30 de abril de cada exercício, ou seja, assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente a conclusão das DCRs são passíveis de alterações. Neste sentido, a Companhia informa que procedeu com uma baixa de R$ 15,1 MM nas DCR’s da Taesa e da concessão São João Transmissora de Energia S.A., na rubrica Outras Despesas Operacionais, relacionada a um contas a receber registrado com base em uma liminar referente aos recebimentos das RAPs dos meses de julho, agosto, outubro e novembro de 2019 de São João, tendo em vista a não recuperabilidade do mesmo. Portanto, a Companhia irá proceder com a reapresentação dos valores correspondentes ao encerramento do exercício social de 2020 na divulgação do resultado de encerramento do exercício social de 2021.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a Taesa não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da Transirapé, Transudeste, Transleste (em conjunto, “Transmineiras”),

ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A declaração de dividendos da Taesa é feita com base no Resultado IFRS revisado pelo auditor.

Videoconferência de Resultados

Webcast em Português e Inglês: Clique aqui

18 de fevereiro de 2022
sexta-feira
Brasília 11h00
Nova York 9h00

André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	CFO e DRI
Cristiano Prado Grangeiro	Gerente de RI
Contato RI	investor.relations@taesa.com.br
Telefone	+55 21 2212 6060

ÍNDICE

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 5
2. RESUMO DO RESULTADO 7
3. VISÃO GERAL 9
   3.1. Estrutura Societária 9
   3.2. Estrutura Societária TBE 10
   3.3. Estrutura Societária AIE 10
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO 11
   4.1. Desempenho Operacional 11
   4.2. Ciclo da RAP 2021-2022 13
   4.3. Queda de 50% da RAP 14
   4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47) 16
   4.5. Receita Líquida IFRS 18
   4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS 20
   4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS 21
   4.8. Receita Líquida Regulatória 22
   4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios 23
   4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório 24
   4.11. Composição do EBITDA Regulatório 24
   4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS 25
   4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória 25
   4.14. Resultado Financeiro Líquido 26
   4.15. Impostos 27
   4.16. Lucro Líquido 30
   4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio 33
   4.18. Endividamento 34
   4.19. Investimentos 36
   4.20. Projetos em Construção 36
   4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG) 39
   4.22. Iniciativas para Mitigar os Impactos da COVID-19 41
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 42
   5.1. Receita IFRS por Concessão 42
   5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS) 43
   5.3. DRE 4T21 44
   5.4. DRE 2021 45
   5.5. DRE IFRS 4T21 (Subsidiárias) 46
   5.6. DRE IFRS 2021 (Subsidiárias) 47
   5.7. DRE Regulatório 4T21 (Subsidiárias) 48
   5.8. DRE Regulatório 2021 (Subsidiárias) 49
   5.9. Reconciliação do EBITDA 50
   5.10. Balanço Patrimonial 51
   5.11. Fluxo de Caixa IFRS 52
   5.12. Fluxo de Caixa Regulatório 53

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

NOVA GESTÃO, CRESCIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Com a nova Diretoria da TAESA definida e empossada ao fim de 2020, a Companhia aprovou logo no início de 2021 o seu planejamento estratégico de longo prazo, orientando as suas ações para o ano, o que já resultou em melhorias na área de segurança e de desempenho operacional, otimizando custos e aumentando a eficiência, definiu um alinhamento estratégico e a execução da agenda de sustentabilidade e permitiu um melhor posicionamento da TAESA no setor de transmissão, conforme observado no resultado dos dois leilões de transmissão de 2021.

No âmbito do resultado regulatório, o ano foi afetado positivamente por dois eventos: o novo ciclo da Receita Anual Permitida (RAP) 2021-2022 que se iniciou em 1º de julho e a entrada em operação de Janaúba em 1º de setembro, o maior empreendimento greenfield *da Companhia até agora, antecipando sua entrega em quase 6 meses e adicionando o valor de R$ 213,6 MM de RAP para a TAESA. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de 37% e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de 8%. Assim, a RAP operacional das concessões do Grupo TAESA no novo ciclo 2021-2022 totalizou R$ 2,9 bilhões, 32,5% maior que a RAP operacional do ciclo anterior, já contemplando a redução de 50% da RAP das concessões de categoria II que sofrem esse efeito no novo ciclo.*

A Companhia registrou, portanto, uma receita operacional líquida regulatória de R$ 1,8 bilhão em 2021, apresentando um crescimento anual de 20,5%. Consequentemente, o EBITDA regulatório totalizou R$ R$ 1,5 bilhão no ano, registrando um aumento de 22,8% contra 2020. Já a margem EBITDA ficou em 82,5% em 2021, 1,6 ponto percentual maior que o ano anterior.

No resultado em IFRS, o lucro líquido de 2021 totalizou R$ 2,2 bilhões, registrando uma queda anual de 2,2% em função basicamente dos menores investimentos nos empreendimentos em construção, uma vez que estão na sua fase final de conclusão, e de maiores despesas financeiras líquidas, resultado da alta do IPCA e do CDI e do aumento da alavancagem.

Com base nesse resultado, o Conselho de Administração aprovou hoje a proposta de destinação do lucro de 2021, que inclui a distribuição de dividendos de R$ 800,3 MM (R$ 2,32 / Unit) que ainda deverá ser submetida à deliberação da Assembleia de Acionistas. Sendo aprovado, o dividend payout *será de 80,9% do lucro líquido – e de 99,1%, excluindo os efeitos do CPC 47 – e uma distribuição total de R$ 5,20 / Unit referente ao exercício social de 2021.*

Vale destacar que, em 29 de dezembro, a Companhia pagou o montante de R$ 523 MM entre dividendos e JCP, totalizando R$ 1,6 bilhão de proventos pagos no ano, volume 40,3% superior ao montante pago em 2020 e equivalente a R$ 4,50 / Unit, registrando um dividend yield *de 12,4% para o fechamento de 2021.*

No âmbito operacional, a TAESA manteve seu patamar de excelência operacional registrando em 2021 um índice de disponibilidade dos ativos de transmissão de 99,86% e uma Parcela Variável de R$ 20,8 MM, equivalente a 1,02% em relação à RAP do ano. Esse resultado demonstra a capacidade de execução e eficiência na operação e manutenção dos ativos de transmissão da Companhia, um dos principais pilares estratégicos da TAESA.

Em 17 de dezembro, a TAESA se sagrou vencedora na disputa pelo lote 1, o maior do Leilão de Transmissão ANEEL 02/2021, situado entre os estados de São Paulo e Paraná, extensão de 363 km em circuito duplo e um investimento previsto de R$ 1,75 bilhão (Capex ANEEL). O novo empreendimento, chamado de Ananaí, terá um prazo regulatório de 60 meses para conclusão e acrescentará para a Companhia uma RAP de R$ 129,9 MM a partir da sua entrada em operação.

Na agenda de Sustentabilidade, a Companhia avançou em diversas ações. Iniciamos em fevereiro de 2021 os trabalhos do Sistema de Gestão Integrado (SGIT), cujo objetivo é certificar a Companhia em 4 Normas ISO (9001, 14001, 45001 e 55001). Ainda em fevereiro, a TAESA se tornou signatária do Empoderamento da ONU Mulheres e se associou ao Movimento Empresarial pelo Desenvolvimento Econômico da Mulher, conhecido por +Mulher360. Instituímos o Comitê de Diversidade, formado por colaboradores da Companhia e representantes das diversas classes, que trabalham para criar um ambiente diverso e inclusivo dentro da empresa. São quase 100 ações mapeadas e muitas executadas, como as turmas de Formação de Mulheres Eletricistas e Capacitação de Pessoas com Deficiência. O plano estratégico de longo prazo aprovado em março tem cinco pilares, dentre os quais, o Pilar Fundamental da Sustentabilidade.

Em maio, concluímos a 10ª emissão de debêntures da TAESA e a 2ª série obteve a certificação "verde" com base nas diretrizes do Green Bond Principles*. Nesse mesmo mês, publicamos o primeiro Relatório de Sustentabilidade da Companhia no padrão GRI e em conformidade com os princípios do Pacto Global e Agenda 2030, e seu Inventário de Gases de Efeito Estufa conforme* GHG Protocol*, ambos na referência de 2020. Realizamos diversos treinamentos e fóruns de conscientização ao longo do ano, como, por exemplo, "Combate à Violência Doméstica contra a Mulher", "Ética: a Morada das Relações Humanas" e "Diversidade e Inclusão" e lançamos um eBook sobre os pilares da diversidade. Implementamos o Programa de Gestão de Continuidade de Negócios, cujo objetivo é aumentar a resiliência operacional da TAESA e, consequentemente, sua sustentabilidade. Em setembro, conquistamos uma nova Certificação GPTW, com indicadores de favorabilidade e de clima ainda melhores que nos anos anteriores.*

Na frente de Segurança, a TAESA iniciou em 2021 o Programa Segurança 100% com o objetivo de fortalecer a cultura de segurança na prática, dando mais voz e participação a todos. A Companhia colocou em prática, de forma estratégica, um conjunto de projetos, ações e iniciativas visando a melhoria do desempenho de segurança da empresa e o fortalecimento da segurança como valor em cada um de seus colaboradores e parceiros. Entre as ações, destacamos a implantação do Comitê de Segurança, em abril, a criação do Selo de Segurança TAESA, em outubro, a aquisição de um sistema de monitoramento por câmeras direcionados as atividades operacionais e o desenvolvimento do aplicativo "Observação de Segurança", ambos em dezembro.

A TAESA encerrou o ano com a sua Unit (TAEE11) integrando as carteiras do Índice Carbono Eficiente (ICO_2) e do índice IGPTW da B3 para o ano de 2022. A adesão ao ICO_2 demonstra o comprometimento das empresas com a transparência nas emissões de gases de efeito estufa e antecipa a visão de como estamos nos preparando para uma economia de baixo carbono. O IGPTW é o mais novo índice da B3 que acompanha as empresas certificadas pelo Great Place to Work*, sendo o primeiro índice GPTW no mundo abrangendo um novo viés ESG para o mercado brasileiro.*

Por fim, cabe destacar a realização do primeiro Investor Day, totalmente virtual e ao vivo, com mais de 4 horas de conteúdo. O evento, voltado para o investidor pessoa física, contou com a participação de diversos colaboradores para a apresentação do seu negócio de maneira didática e interativa em salas de workshops*, além da participação de influenciadores digitais em uma dinâmica de bate-papo e uma conversa com um economista para falar de inflação, tema importante para o negócio de transmissão.*

Esse evento diferenciado e participativo foi pensado dentro do contexto de democratização do mercado de capitais e aumento do investidor de menor porte na Bolsa de Valores, que naturalmente afetou a base acionária da TAESA, a qual cresceu 50% em quantidade de acionistas em 2021 e, atualmente, encontra-se entre as 10 ações brasileiras com mais investidores pessoa física da B3.

Diante das realizações e conquistas do ano que passou, a TAESA reforça seu posicionamento estratégico como uma das maiores empresas de transmissão de energia elétrica do País e seu foco nos pilares estratégicos de crescimento sustentável, geração de valor, disciplina financeira e eficiência operacional, ratificando o compromisso de transmitir energia com confiabilidade, transparência e segurança para toda a sociedade e respeitando o meio ambiente e todos os stakeholders.

2. RESUMO DO RESULTADO

Consolidado						
	4T21	4T20*	Var.%	2021	2020	Var.%
Receita Líquida IFRS	717,0	1.168,8	-38,7%	3.472,1	3.561,3	-2,5%
Lucro Líquido IFRS	423,1	750,1	-43,6%	2.213,7	2.262,9	-2,2%
Receita Líquida Reg.	550,9	382,9	43,8%	1.837,1	1.524,8	20,5%
EBITDA Reg.	447,0	286,9	55,8%	1.515,8	1.234,0	22,8%
Margem EBITDA Reg.	81,1%	74,9%	6,2 pp	82,5%	80,9%	1,6 pp
Dívida Líquida	6.220,7	5.205,7	19,5%	6.220,7	5.205,7	19,5%
Dividendos e JCP Pagos	523,0	523,4	-0,1%	1.551,5	1.106,2	40,3%

Consolidado e Participações						
R$ MM	4T21	4T20*	Var.%	2021	2020	Var.%
Receita Líquida IFRS	1.073,5	2.017,5	-46,8%	5.288,3	5.640,8	-6,2%
Lucro Líquido IFRS	423,1	750,1	-43,6%	2.213,7	2.262,9	-2,2%
Receita Líquida Reg.	679,0	485,6	39,8%	2.307,4	1.956,3	17,9%
EBITDA Reg.	556,4	375,6	48,1%	1.927,9	1.611,6	19,6%
Margem EBITDA Reg.	82,0%	77,3%	4,6 pp	83,6%	82,4%	1,2 pp
Dívida Líquida	8.025,4	6.214,1	29,1%	8.025,4	6.214,1	29,1%
Dívida Líquida/EBITDA	4,2	3,8	8,9%	4,2	3,8	8,9%

** Em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47 (IFRS 15), o resultado do 4T20 sofreu ajustes como consequência das reclassificações dos saldos de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020.*

RESULTADO IFRS

- Lucro líquido somou R$ 423,1 MM no 4T21 e R$ 2.213,7 MM em 2021, menores em 43,6% e 2,2%, respectivamente, quando comparados aos mesmos períodos de 2020, devido principalmente a:

  (i) Menores investimentos nos empreendimentos em construção com impacto negativo na margem de implementação de infraestrutura da Companhia.

  (ii) IGP-M menor registrado entre os períodos comparados (0,02% no 4T21 contra 11,24% no 4T20), que afetou negativamente a receita de correção monetária e a equivalência patrimonial. Na

comparação entre 2021 e 2020, a receita de correção monetária apresentou um aumento devido a aceleração do IGP-M no primeiro semestre de 2021 e do maior IPCA registrado entre os períodos comparados.

(iii) Aumento das despesas financeiras líquidas (4T21: +15,9% e 2021: +70,4%) resultado do aumento do CDI e do IPCA (este último exclusivo para 2021 x 2020) e do maior volume de dívida líquida entre os períodos comparados;

(iv) Os efeitos acima foram compensados em parte por:

a. Aumento na receita de Operação e Manutenção explicado pelo reajuste inflacionário do novo ciclo da RAP (2021-2022) e pela entrada em operação de Janaúba em 1º de setembro de 2021;
b. Aumento da remuneração do ativo contratual como resultado da entrada em operação de Janaúba e do impacto material da correção monetária no saldo do ativo contratual nos últimos doze meses.

- Na data de hoje, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de destinação do lucro do exercício de 2021, que será submetida para aprovação da Assembleia de Acionistas, da seguinte forma: (i) R$ 15,7 MM para reserva de incentivos fiscais; (ii) R$ 408,1 MM para reserva especial referente à adoção do CPC 47; (iii) R$ 989,6 MM (R$ 2,87 / Unit) pagos antecipadamente ao longo de 2021, sendo R$ 722,6 MM (R$ 2,10 / Unit) em dividendos intercalares e R$ 267,0 MM (R$ 0,78 / Unit) em JCP; e (iv) R$ 800,3 MM (R$ 2,32 / Unit) a serem distribuídos, sendo R$ 147,0 MM a título de dividendos mínimos obrigatórios remanescentes e R$ 653,3 MM a título de dividendos adicionais.

RESULTADO REGULATÓRIO

- A receita líquida totalizou R$ 550,9 MM no 4T21 e R$ 1.837,1 MM em 2021, registrando um crescimento de 43,8% e 20,5%, respectivamente, em relação aos mesmos períodos de 2020, explicado pelo reajuste inflacionário do novo ciclo da RAP (2021-2022) e entrada em operação de Janaúba. Esses efeitos compensaram a queda da RAP de algumas concessões.
- O EBITDA totalizou R$ 447,0 MM no 4T21 e R$ 1.515,8 MM em 2021, apresentando um aumento anual de 55,8% e 22,8%, respectivamente. A margem EBITDA ficou em 81,1% no 4T21 (+6,2pp contra 4T20) e em 82,5% em 2021 (+1,6pp contra 2020).
- Aumento de 15,9% no trimestre e 70,4% no ano das despesas financeiras líquidas, resultado do aumento do CDI e do IPCA (este último exclusivo para 2021 x 2020) e do maior volume de dívida líquida entre os períodos comparados.
- Lucro líquido ficou em R$ 105,5 MM no 4T21, 34,3% maior que o mesmo período do ano anterior. Já em 2021 o lucro fechou em R$ 517,2 MM, 19,3% menor que o mesmo período do ano anterior.

- Em 31 de dezembro de 2021, a dívida bruta da Companhia encerrou em R$ 6.615,5 MM, uma redução de 3,1% contra o 3T21. O caixa da Companhia ficou em R$ 394,8 MM (redução de 59,6% versus 3T21), resultando em uma dívida líquida de R$ 6.220,7 MM (aumento de 6,3% no trimestre).
- A relação da dívida líquida / EBITDA da Taesa, consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, ficou em 4,2x (versus 4,3x no 3T21).
- Índice de disponibilidade foi de 99,86% e uma Parcela Variável (PV) de R$ 20,8 MM, equivalente a 1,02% da RAP, em 2021, demonstrando o compromisso da Taesa com a excelência operacional.

3. VISÃO GERAL

3.1. Estrutura Societária

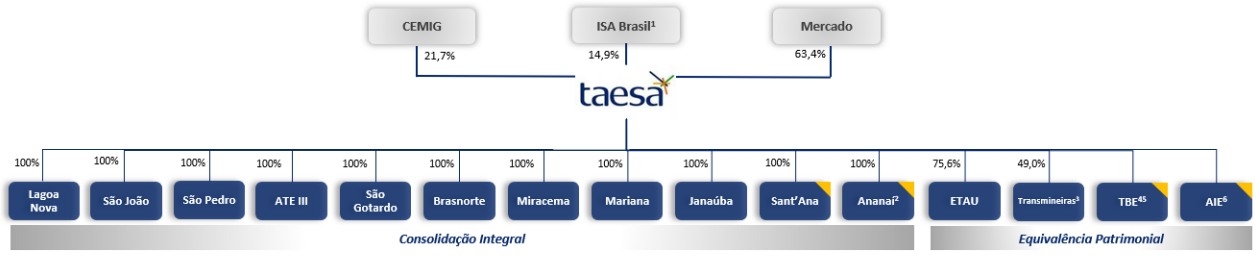
As 40 concessões/participações de transmissão detidas pela Taesa estão segregadas em: (i) 10 concessões que compõem a empresa holding (TSN, Novatrans, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II); (ii) 11 investidas integrais (ATE III, Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Sant'Ana, São João, São Pedro, Lagoa Nova e Ananaí (nova denominação para o Lote 1); e (iii) 19 participações (ETAU, Transmineiras, AIE e TBE).

Dessas concessões, há 6 empreendimentos (Sant'Ana, ESTE, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e Ananaí) que estão em fase não operacional.

Em 17 de dezembro de 2021, a TAESA sagrou-se vencedora na disputa pelo lote 1, o maior lote do Leilão de Transmissão ANEEL 02/2021, situado entre os Estados de São Paulo e Paraná, extensão de 363 km em circuito duplo e um investimento previsto de R$ 1,75 bilhão (Capex ANEEL). O novo empreendimento, chamado de Ananaí Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Ananaí"), terá um prazo regulatório de 60 meses para conclusão e acrescentará para a Companhia uma RAP de R$ 129,9 MM a partir da sua entrada em operação. Atualmente, a Companhia aguarda a homologação e adjudicação do empreendimento, prevista para ocorrer até o dia 22 de fevereiro de 2022. Após esta etapa, o empreendimento será assumido formalmente pela Companhia em 31 de março de 2022, quando o contrato de concessão será assinado.

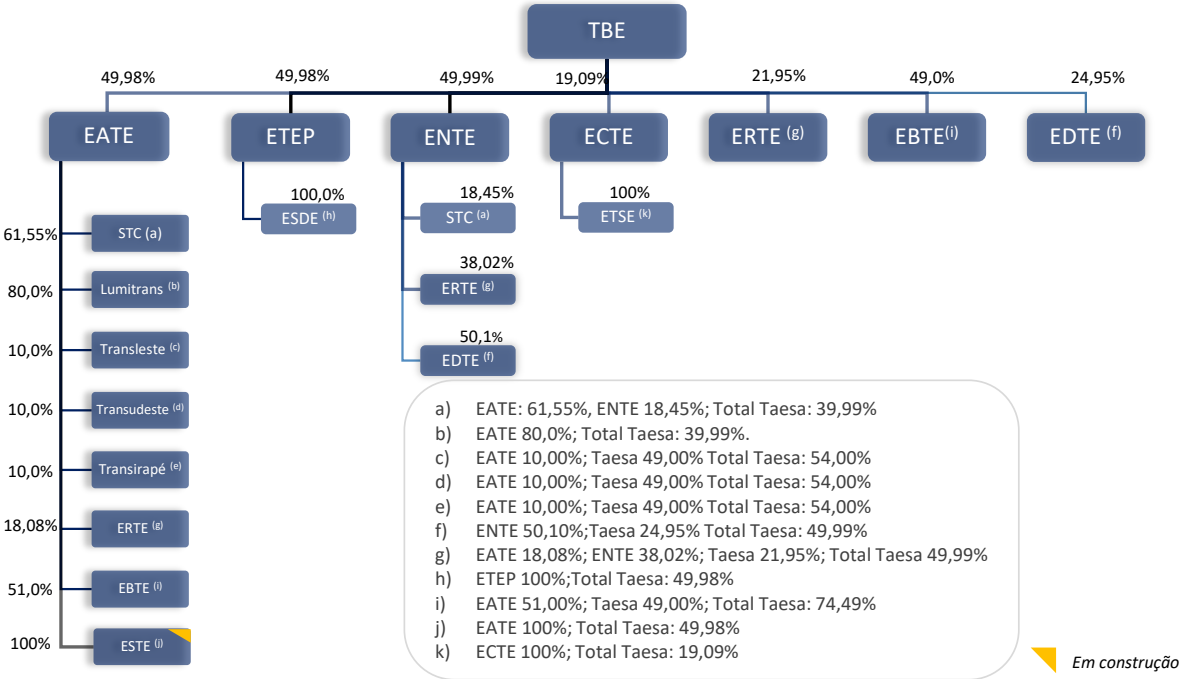
Cabe destacar que o empreendimento da concessão Janaúba entrou em operação comercial no dia 1º de setembro de 2021, com 5,5 meses de antecipação ao prazo limite exigido pela ANEEL e uma eficiência no volume total de investimento em torno de 18% em relação ao Capex ANEEL, passando então a adicionar o valor de R$ 213,6 MM de RAP para a Taesa. Janaúba é o maior projeto *greenfield* entregue pela Companhia até o momento, localizado entre os estados de Minas Gerais e Bahia com extensão de 545 km de linha, compreendendo as linhas de transmissão LT 500 kV Bom Jesus da Lapa II - Janaúba 3 (Circuito Simples) e LT 500 kV Janaúba 3 - Pirapora 2 (Circuito Simples) e três subestações de 500 kV (Bom Jesus da Lapa II, Janaúba 3 e Pirapora 2).

O projeto de Janaúba aumenta a capacidade de transmissão da interligação Nordeste-Sudeste, atendendo a necessidade de dimensionamento do Sistema Interligado Nacional de forma a escoar, sem restrições elétricas, a energia produzida nas novas usinas da região Nordeste do país, e permitir futuras expansões do sistema. Com isso, alinhado ao compromisso da Taesa com a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Janaúba contribui para o escoamento de energia renovável no SIN e consequentemente para uma matriz energética global mais limpa, com impacto positivo e permanente no crescimento e desenvolvimento econômico e social do país.



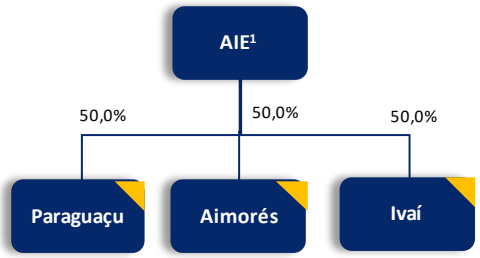
[1] ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.
[2] Ananaí corresponde ao Lote 1 do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2021. Atualmente, o processo se encontra em curso e aguarda a homologação e adjudicação do empreendimento, prevista para ocorrer até o dia 22/02/2022. Após esta etapa, o empreendimento será assumido formalmente pela Companhia em 31/03/2022, quando o contrato de concessão será assinado.
[3] Transmineiras é um conjunto de participações da Taesa em 3 concessões: Transirapé (54,0%), Transleste (54,0%) e Transudeste (54,0%)
[4] TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar
[5] ESTE é a única concessão do grupo TBE que está em construção
[6] AIE – Aliança Interligação Elétrica é um grupo econômico da parceria das empresas TAESA e ISA CTEEP, atualmente responsável por implantar 3 novos empreendimentos

3.2. Estrutura Societária TBE



TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar.

3.3. Estrutura Societária AIE



[1]AIE é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Cteep.

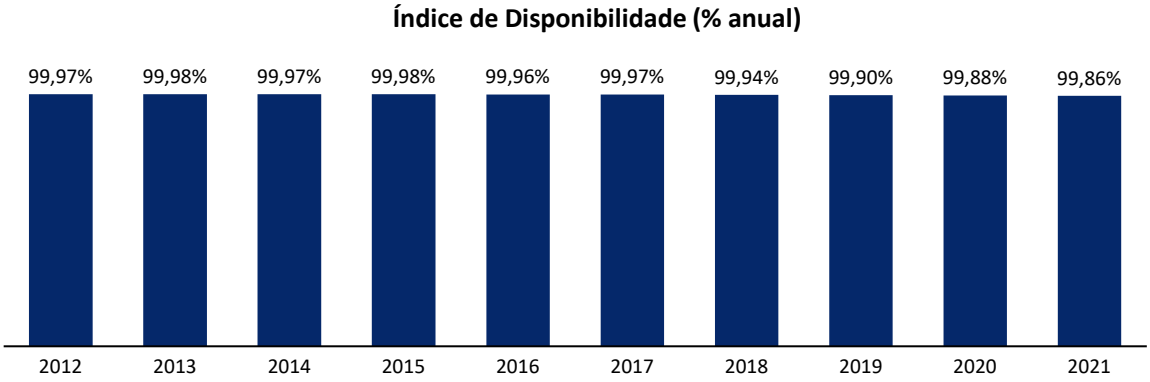
em construção

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

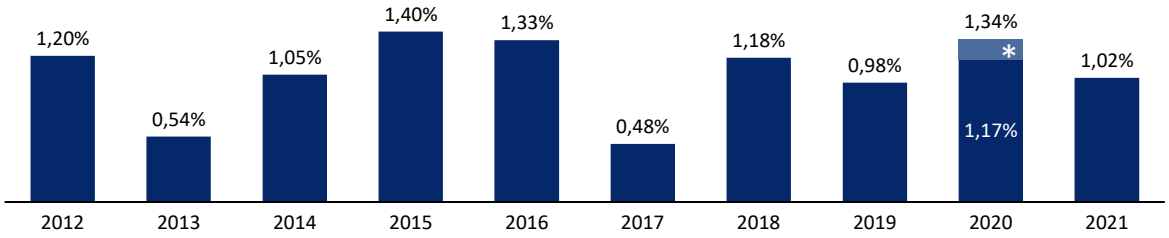
4.1. Desempenho Operacional

Com um alto desempenho operacional ao longo dos anos, a Taesa apresentou em 2021 um índice disponibilidade de 99,86%, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, portanto, não considerando ETAU, Transmineiras, AIE e TBE.

O Índice de Disponibilidade é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.



O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, a melhor maneira de entender o desempenho da Companhia é analisar o valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo.



** PV's referentes aos eventos ocorridos anteriores à aquisição da concessão São João que foram indenizados no âmbito da transação.*

BSGUMI4, em dezembro de 2020. A redução de 10,1% da PV em relação a 2020 é explicada principalmente pela reversão de PV dos eventos (ii), (v) e (vi) acima, a partir do deferimento de liminar para suspensão da cobrança até a conclusão do processo administrativo na ANEEL sobre o pedido de reconsideração da parcela variável dos referidos eventos, uma vez que foram provocados por evento fortuito externo.

4.2. Ciclo da RAP 2021-2022

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 2.895/2021 que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2021-2022, passando a valer a partir de 1.º de julho de 2021 até 30 de junho de 2022, afetando portanto o resultado da Taesa somente a partir do 3T21. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de 37,04%, e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de 8,06%.

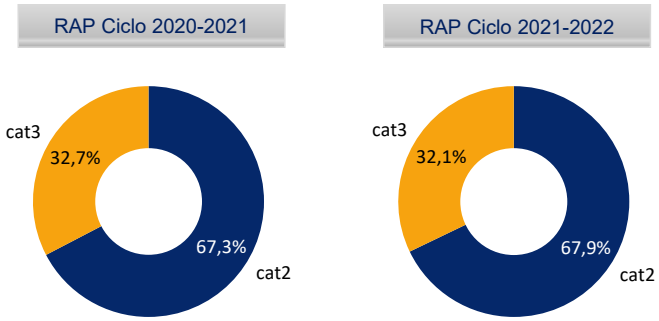
RAP (R$ MM)	Ciclo 2019-2020	Ciclo 2020-2021	Ciclo 2021-2022
Ajuste IGP-M	**7,6%**	**6,5%**	**37,0%**
Novatrans [2]	330,9	352,5	483,3
TSN [2]	301,0	325,1	454,6
Munirah	40,9	29,0	29,9
GTESA	5,5	5,9	8,1
PATESA [2]	18,1	17,4	23,9
ETAU [12]	38,5	29,9	39,1
ETEO	98,9	105,4	144,4
NTE [2]	86,3	92,1	126,1
STE [2]	48,6	50,6	69,5
ATE I [2]	167,3	115,1	122,1
ATE II [2]	258,7	275,5	273,6
EATE [12]	122,2	130,6	179,0
ETEP [1]	27,6	29,4	40,3
ENTE [1]	102,0	67,3	92,2
ECTE [1]	10,2	10,8	14,9
ERTE [12]	19,5	15,3	21,0
Lumitrans [12]	12,0	12,7	17,4
Transleste [1]	24,7	19,3	18,0
Transirapé [1]	20,1	22,2	29,4
Transudeste [1]	15,3	16,3	18,4
Subtotal	**1.748,3**	**1.722,3**	**2.205,1**
Ajuste IPC-A	**4,7%**	**1,9%**	**8,1%**
ATE III [235]	125,4	127,7	138,2
São Gotardo [3]	5,4	5,5	6,0
Mariana [3]	15,4	16,4	17,8
Miracema [3]	65,0	67,9	74,5
Janaúba [34]	194,1	197,7	213,6
Aimorés [134]	39,7	40,4	43,7
Paraguaçu [134]	59,2	60,4	65,2
Brasnorte [123]	27,6	28,1	30,8
STC [123]	18,9	19,2	21,0
EBTE [123]	34,4	36,4	40,4
ESDE [13]	7,0	7,2	7,8
ETSE [123]	4,0	4,1	4,9
ESTE [134]	56,1	57,2	61,8
Ivaí [134]	147,0	149,8	161,8
EDTE [13]	34,6	35,2	38,1
Sant'Ana [34]	60,9	62,1	67,1
São João [3]	47,6	49,8	53,9
São Pedro [3]	44,9	46,5	57,9
Lagoa Nova [3]	12,6	12,9	13,9
Ananaí (Lote 1) [34]			129,9
Subtotal	**999,8**	**1.024,6**	**1.248,2**
Total	**2.748,1**	**2.746,9**	**3.453,3**

[1] Valor de RAP proporcional à participação da Taesa
[2] Incluindo os reforços
[3] Adicionar PIS/COFINS
[4] Em Construção
[5] Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas, a RAP total[1] (operacional e em construção) da Taesa para o ciclo 2021-2022 é de R$ 3.453,3 MM, sendo 50,3% no nível da *holding*. A RAP operacional da Taesa para o ciclo 2021-2022 ficou em R$ 2.888 MM, contra R$ 2.179 MM para o ciclo 2020-2021, considerando a entrada em operação de Janaúba em setembro de 2021.

O reajuste da RAP para o ciclo 2021-2022 foi diferente da inflação em algumas concessões pelos seguintes motivos: (i) **Munirah**, **ETAU, ATE I**, **ATE II**, **Transleste, Transirapé, Transudeste** sofreram impacto da queda de 50% da RAP, em razão da entrada no 16º ano de operação (para maiores detalhes, vide seção 4.3); (ii) **São Pedro, EATE, ENTE,** apresentaram entrada em operação de reforços; (iii) **Novatrans**, **TSN**, **GTESA**, **NTE**, **STE, ECTE, ETAU, ATE II** e **Brasnorte** apresentaram efeito de revisão tarifária em seus reforços; e (iv) **Miracema, STC, EBTE e ESDE** apresentaram efeito de revisão tarifária.

Os valores publicados de RAP das concessões ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, Brasnorte, STC, EBTE, ESDE, ETSE, ESTE, Ivaí, EDTE, Sant'Ana, São João, São Pedro, Lagoa Nova e Ananaí (nova denominação do Lote 1) devem ser adicionados de PIS/COFINS.



4.3. Queda de 50% da RAP

Os contratos de concessão de transmissão licitados entre 1999 e 2006 (Categoria II) preveem a redução de 50% da RAP (Rede Básica) a partir do 16º ano de operação comercial das instalações. Dado que os contratos de concessão possuem instalações cuja parcela de RAP associada será reduzida em 50% em datas distintas ao longo do seu ciclo, foi calculada uma RAP equivalente a ser recebida pelas concessionárias ao longo do referido ciclo, e nos ciclos futuros, considerando os valores pro-rata das parcelas de RAP sem redução, desde o início do ciclo (1º de julho) até a data de fim do 15º ano de operação comercial das instalações, e os valores pro-rata das parcelas de RAP com redução de 50%, a partir da data de início do 16º ano de operação comercial das instalações até o final do mesmo ciclo (30 de junho).

Para os ciclos 2016-2017, 2017-2018, 2018-2019, 2019-2020 e 2020-2021, as seguintes concessões atingiram o 16º ano de operação[1]:

- **ETEO**: 100% da RAP da ETEO entrou no 16º ano de operação em 19/10/2016.
- **ECTE**[3]: 67,6% da RAP da ECTE entrou no 16º ano de operação em 9/3/2017 e 28,4% entrou em 26/3/2017.
- **ETEP**[3]: 99,7% da RAP da ETEP entrou no 16º ano de operação em 25/8/2017.
- **EATE**[3]: 19,0% da RAP da EATE entrou no 16º ano de operação em 1/2/2018, 45,6% da RAP em 20/2/2018, e 33,5% da RAP em 10/3/2018.
- **TSN**[3]: 89,9% da RAP da TSN entrou no 16º ano de operação em 4/3/2018, 4,0% da RAP em 5/4/2018, 0,7% da RAP em 22/5/2018, e 1,3% da RAP em 3/6/2018.
- **Novatrans**: 16,3% da RAP da Novatrans entrou no 16º ano de operação em 3/6/2018, 19,4% da RAP em 8/12/2018, 19,1% da RAP em 23/12/2018, e 45,2% da RAP em 8/4/2019.
- **GTESA**: 100% da RAP da GTESA entrou no 16º ano de operação em 26/8/2018.
- **NTE**: 100% da RAP da NTE entrou no 16º ano de operação em 25/1/2019.
- **STE**[3]: 19,0% da RAP da STE entrou no 16º ano de operação em 27/6/2019, 36,6% da RAP em 13/7/2019, e 42,1% da RAP em 18/7/2019.
- **PATESA**[3]: 98,2% da RAP da PATESA entrou no 16º ano de operação em 1/9/2019.
- **ERTE**[3]: 71,5% da RAP da ERTE entrou no 16º ano de operação em 15/9/2019.
- **ENTE**: 100% da RAP da ENTE entrou no 16º ano de operação em 12/2/2020.
- **ETAU**[3]: 34,2% da RAP da ETAU entrou no 16º ano de operação em 17/4/2020 e 36,0% da RAP em 29/9/2020.
- **Munirah**: 100% da RAP da Munirah entrou no 16º ano de operação em 30/10/2020.
- **ATE I**: 54,0% da RAP da ATE I entrou no 16º ano de operação em 8/10/2020 e 46,0% da RAP em 27/10/2020.
- **Transleste**: 100% da RAP da Transleste entrou no 16º ano de operação em 18/12/2020.

Para o ciclo futuro 2021-2022, as seguintes concessões irão atingir o 16º ano de operação[1]:

- **ATE II**: 100% da RAP da ATE II entrou no 16º ano de operação em 11/12/2021.
- **Transudeste**: 100% da RAP da Transudeste entrará no 16º ano de operação em 23/2/2022.
- **Transirapé**[3]: 45,1% da RAP da Transirapé entrará no 16º ano de operação em 23/5/2022 e 15,9% da RAP em 30/5/2022.

Para o ciclo futuro 2022-2023, as seguintes concessões irão atingir o 16º ano de operação[1]:

- **Lumitrans**[3]: 99,9% da RAP da Lumitrans entrará no 16º ano de operação em 3/10/2022.
- **STC**[3]: 71,9% da RAP da STC entrará no 16º ano de operação em 8/11/2022.
- **ATE III**[3]: 54,4% da RAP da ATE III entrará no 16º ano de operação em 27/4/2023 e 40,1% em 23/5/2023.

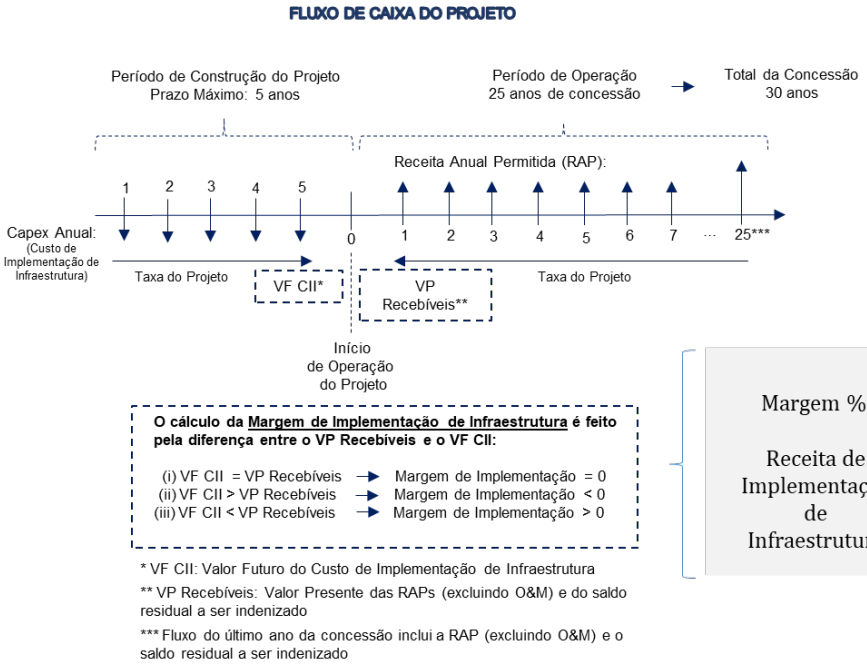
Notas:

1. O cronograma de redução de 50% da RAP destacado acima foi retirado da Nota Técnica nº 144-2018-SGT da ANEEL.
2. Os percentuais da RAP foram calculados com base no valor da RAP anterior à data da 1ª redução de 50%.
3. Para aquelas concessões cujos percentuais da RAP apontados acima não somam 100%, a diferença se deve a reforços/melhorias que não se enquadram nos ativos de categoria II sujeitos à queda de 50% da RAP no início do 16º ano de operação.

4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)

A partir de 1º de janeiro de 2018, passou a ser obrigatória a adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou do IFRS 15 (CPC 47), com divulgação dessa nova contabilização a partir das Demonstrações Financeiras Anuais de 2018. A Companhia optou por adotar o IFRS 15, cujos princípios se baseiam no modelo de negócio que identifica o contrato com o cliente (bens ou serviços) e suas respectivas obrigações contratuais de desempenho, definindo-se o preço de transação e reconhecimento da receita a partir da realização dessas obrigações (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

O Ativo de Contrato de Concessão é calculado mensalmente a partir do fluxo futuro dos recebimentos trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto, que se refere ao custo de capital do ativo avaliado à época da sua aquisição.



$$\text{Margem \%} = \frac{\text{VP Recebíveis} - \text{VF CII}}{\text{VF CII}}$$

$$\text{Receita de Implementação de Infraestrutura} = \text{CII realizado} \times (1 + \text{Margem \%})$$

No método contábil adotado (CPC 47 - Ativo de Contrato de Concessão), as eficiências/ineficiências geradas no projeto em construção são contabilizadas como margem de implementação de infraestrutura. Isto é, a receita de implementação de infraestrutura constitui uma margem de implementação, calculada pela diferença entre o Valor Presente da RAP e Valor Futuro do Custo de Implementação no momento da entrada em operação (vide figura acima). Em outras palavras, a receita de implementação é calculada, ao longo do período pré-operacional, pelo custo de implementação mais a margem de implementação, que inclui também o juros de remuneração do ativo no período, calculada pela Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo de contrato de concessão. Portanto, no Ativo de Contrato de Concessão a margem de implementação impacta a Demonstração de Resultados do projeto.

A receita de remuneração é calculada com base na Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual e é contabilizada somente após a entrada em operação do projeto. Durante o período de construção, os juros de remuneração fazem parte da Receita de Implementação de Infraestrutura e o cálculo é o mesmo descrito acima.

Após a entrada em operação, o Ativo de Contrato passa a ser corrigido mensalmente pela inflação (IGP-M ou IPCA, de acordo com cada concessão), calculado pela correção monetária dos recebimentos futuros trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto. A receita de O&M é uma parcela da RAP destinada a remunerar a operação e a manutenção dos ativos da concessão.

Em 1º de dezembro de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM publicou o Ofício Circular nº 04/2020 com orientação quanto a aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 (equivalentes às IFRS 15 e IFRS 9, respectivamente) para as companhias transmissoras de energia elétrica de capital aberto. Assim, a Companhia

adequou suas práticas contábeis em relação aos seus ativos de contrato, revisando suas estimativas e identificou os seguintes impactos, líquidos de impostos: (i) R$ 124,9 MM para o exercício de 2020, registrados no resultado do exercício; e (ii) R$ 63.5 MM para exercícios anteriores, registrados na conta de reserva especial no Patrimônio Líquido.

Impactos da mudança contábil do CPC-47 registrados até o momento:

Os ajustes gerados pela adoção do CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018:

(i) Para o saldo inicial (de partida) do Ativo Contratual em 1º de janeiro de 2018, o ajuste foi lançado na conta de reserva especial do exercício de 2018 (Patrimônio Líquido), no montante de R$ 113.399.544,45, referentes a exercícios anteriores.

(ii) Para o Exercício Social de 2018, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R$ 116.924.085,17 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.

(iii) Para o Exercício Social de 2019, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R$ 291.323.518,24 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.

(iv) Para o Exercício Social de 2020, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R$ 631.469.547,58 (incluso o montante de R$ 124.947.792,20 relacionado ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº04/2020) que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício. Além disso, o montante de R$ 63.583.002,83 relacionado também ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 para os exercícios anteriores foi registrado na conta de reserva especial, no patrimônio líquido de 2020.

(v) Para o Exercício Social de 2021, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R$ 408.098.711,76 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício.

É importante ressaltar que para o exercício social de 2021 a reserva legal (5%) não foi constituída com base no art. 193 parágrafo 1º da Lei das S.A. que diz que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder 30% do capital social.

Os ajustes acima mencionados somam R$ 1.624.798.410,03, sendo R$ 1.604.386.029,86 contabilizados como Reserva Especial e R$ 20.412.380,17 como Reserva Legal (5%).

É importante ressaltar que os efeitos relativos à adoção do CPC 47 (Margem de Construção) são excluídos do lucro líquido distribuível e durante o exercício são contabilizados na conta de Lucros Acumulados, sendo destinados para as contas de Reserva Especial e Reserva Legal ao final do exercício social.

4.5. Receita Líquida IFRS

A Receita Líquida IFRS do 4T21 foi de R$ 717,0 MM, 38,7% menor que o 4T20, em função da redução da correção monetária do ativo contratual e da implementação de infraestrutura, em parte compensada pelas maiores receitas de operação e manutenção e pela remuneração do ativo contratual.

A Receita Líquida IFRS de 2021 foi de R$ 3.472,1 MM, 2,5% menor do que o registrado em 2020.

A partir da adoção do CPC 47 (IFRS 15), conforme explicado na seção 4.4, a mudança no reconhecimento do ativo de transmissão produz efeito na receita de implementação de infraestrutura que passa a contabilizar uma margem de implementação de infraestrutura, passando a gerar, portanto, impacto no lucro líquido da Companhia.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a Taesa contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo contratual da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é diluído mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do quarto trimestre de 2021 foram: IGP-M de -0,64%, 0,64% e 0,02% (acumulado +0,02%), e IPCA de 1,16%, 1,25% e 0,95% (acumulado +3,40%), referente aos meses de setembro, outubro e novembro de 2021, respectivamente. No quarto trimestre de 2020, o IGP-M foi de 4,34%, 3,23% e 3,28% (acumulado +11,24%), e IPCA de 0,64%, 0,86% e 0,89% (acumulado +2,41%), referente aos respectivos meses de 2020. Já no ano de 2021, o IGP-M acumulado foi de 17,90% enquanto o IPCA ficou em 10,74%. E no acumulado de 2020, o IGP-M foi apurado em 24,52% e o IPCA em 4,31% (base para a correção monetária no ano: dezembro a novembro).

Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

R$ MM	4T21	4T20*	Var.%	2021	2020	Var.%
Operação e manutenção	240,5	175,0	37,4%	826,0	676,2	22,2%
Remuneração do ativo contratual de concessão	234,5	180,9	29,6%	807,4	657,8	22,7%
Correção monetária do ativo contratual de concessão	233,7	489,4	-52,3%	1.216,3	1.007,6	20,7%
Implementação de infraestrutura	87,7	415,4	-78,9%	915,0	1.523,7	-39,9%
Total Receitas IFRS	**796,4**	**1.260,8**	**-36,8%**	**3.764,7**	**3.865,3**	**-2,6%**
Parcela variável	5,1	(7,7)	n/a	(20,8)	(23,1)	-10,1%
Outras receitas operacionais	(13,4)	5,8	n/a	24,0	32,4	-26,0%
Receita operacional bruta	**788,1**	**1.258,8**	**-37,4%**	**3.767,9**	**3.874,6**	**-2,8%**
PIS e COFINS	(51,6)	(74,0)	-30,2%	(225,3)	(245,5)	-8,2%
ISS	(0,2)	(0,1)	41,0%	(0,6)	(0,5)	25,7%
ICMS	(0,0)	(0,0)	389,9%	(0,1)	(0,1)	38,9%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(19,2)	(15,8)	21,6%	(69,8)	(67,2)	3,8%
Deduções da receita operacional bruta	**(71,1)**	**(90,0)**	**-21,0%**	**(295,8)**	**(313,3)**	**-5,6%**
Receita operacional líquida	**717,0**	**1.168,8**	**-38,7%**	**3.472,1**	**3.561,3**	**-2,5%**

** Em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47 (IFRS 15), o resultado do 4T20 sofreu ajustes como consequência das reclassificações dos saldos de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020.*

A variação e a composição da receita líquida IFRS da Taesa refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** O aumento anual de 37,4% da receita de O&M se deve ao reajuste inflacionário do ciclo 2021-2022, de 37,04% no IGP-M e 8,06% no IPCA, considerando a variação entre os períodos de junho de 2020 a maio de 2021, conforme Resolução Homologatória nº 2.895/2021, além do impacto positivo com a entrada em operação de Janaúba em 1º de setembro de 2021.

- **Remuneração do ativo contratual de concessão:** Calculada pela multiplicação da taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual (contabilizada somente no período operacional da concessão). O crescimento de 29,6% na comparação anual se deve à entrada em operação de Janaúba e ao impacto material da

correção monetária no saldo do ativo contratual nos últimos doze meses que mais que compensou o efeito natural da amortização do ativo pelos recebimentos.

- **Correção monetária do ativo contratual de concessão:** Baseada no reajuste mensal pela inflação. A receita de correção monetária apresentou uma queda anual de 60% em razão da contração do índice de inflação IGP-M registrado nos períodos comparados (0,02% no acumulado do 4T21 versus 11,24% no 4T20), conforme apresentado mais acima. Esse efeito foi compensado em parte pela entrada em operação de Janaúba.

- **Implementação de infraestrutura:** Conforme explicado na seção 4.4, a partir da adoção do CPC 47 as eficiências geradas até então nos projetos em construção passam a ser contabilizadas como margem de implementação nessa linha da receita. Lembrando que os juros de remuneração do ativo também são adicionados à receita de implementação durante o período pré-operacional. A redução anual de 78,3% na receita de implementação se deve basicamente aos menores investimentos em Janaúba e Sant'Ana.

- **Parcela variável (PV):** A PV registrou um resultado positivo de R$ 5,1 MM, apresentando portanto uma melhora de R$ 12,8 MM na comparação entre os trimestres em função da reversão da parcela variável de três eventos ocorridos em 2021. Para maiores detalhes vide seção 4.1.

- **Outras receitas operacionais:** O resultado de outras receitas operacionais do 4T21 foi impactado pela reclassificação do resultado de Janaúba referente a receita do mês de setembro, no valor de de R$ 19,6 MM que havia sido contabilizado nessa linha no 3T21. Esse valor foi reclassificado para as respectivas receitas do ativo contratual, portanto não gerando impacto na receita operacional bruta do 4T21.

- **Deduções da receita bruta:** Houve uma diminuição de 21,0% na comparação entre o 4T21 e 4T20 principalmente em função do PIS/COFINS que segue a variação da receita bruta em IFRS (o tributo varia de acordo com cada concessão – vide seção 4.15).

4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R$ 174,6 MM no 4T21, 48,2% menor quando comparado ao 4T20.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram no ano de 2021 R$ 818,2 MM, 31,8% menor quando comparado ao ano de 2020.

Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)

R$ MM	4T21	4T20	Var.%	2021	2020	Var.%
Pessoal	(48,7)	(43,7)	11,4%	(183,0)	(166,6)	9,8%
Material	(80,5)	(256,9)	-68,6%	(501,8)	(922,1)	-45,6%
Serviço de terceiros	(28,7)	(22,5)	27,6%	(85,4)	(72,9)	17,2%
Outros	(10,6)	(11,0)	-3,7%	(25,4)	(23,7)	7,1%
Total	**(168,5)**	**(334,0)**	**-49,6%**	**(795,6)**	**(1.185,2)**	**-32,9%**
Depreciação e amortização	(6,1)	(3,2)	93,2%	(22,7)	(15,3)	48,3%
Total	**(174,6)**	**(337,2)**	**-48,2%**	**(818,2)**	**(1.200,5)**	**-31,8%**

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 11,4% na comparação entre o 4T21 e o 4T20 é explicado pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 8,06%, refletindo o reajuste da RAP do ciclo 2021-2022 dos contratos de concessão de categoria 3, baseados exclusivamente no índice de inflação IPCA, além do programa de meritocracia, promoções e aumento de quadro.

- **Material:** A redução anual de 68,6% se deve, principalmente, aos menores investimentos nos empreendimentos em construção de Janaúba (-R$ 145,9 MM), Sant'Ana (-R$ 20,3 MM) e o novo reforço de São Pedro (-R$ 12,2 MM).

- **Serviços de terceiros:** O aumento de 27,6% na comparação anual foi influenciado basicamente por maiores despesas com limpeza de faixa compensado em parte por uma redução nos custos de consultoria.

- **Outros:** Essas despesas ficaram praticamente em linha na comparação entre o 4T21 e o 4T20.

- **Depreciação e amortização:** O aumento anual de 93,2% é explicado pela unitização do projeto de implementação do SAP S/4 Hana, o que gerou um aumento na depreciação do 4T21 em comparação ao 4T20.

4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS

No 4T21, o EBITDA IFRS totalizou R$ 548,5 MM com margem EBITDA de 76,5%. A redução de 34,8% do EBITDA IFRS na comparação anual é explicado basicamente pela redução da receita de implementação de infraestrutura, seguindo os menores investimentos nos empreendimentos de Janaúba e Sant'Ana, e pela diminuição da correção monetária do ativo contratual de concessão em razão da contração do índice de inflação IGP-M registrado nos períodos comparados.

O **EBITDA IFRS** não é uma medida que reflete a geração de caixa operacional da Companhia, uma vez que o padrão IFRS gera um descolamento entre DRE e Fluxo de Caixa.

EBITDA IFRS (Consolidado)

R$ MM	4T21	4T20*	Var.%	2021	2020	Var.%
Receita líquida	717,0	1.168,8	-38,7%	3.472,1	3.561,3	-2,5%
Custos e despesas	(168,5)	(334,0)	-49,6%	(795,6)	(1.185,2)	-32,9%
EBITDA	**548,5**	**834,8**	**-34,3%**	**2.676,5**	**2.376,0**	**12,6%**
Margem EBITDA	**76,5%**	**71,4%**	**5,1 pp**	**77,1%**	**66,7%**	**10,4 pp**

** Em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47 (IFRS 15), o resultado do 4T20 sofreu ajustes como consequência das reclassificações dos saldos de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020.*

4.8. Receita Líquida Regulatória

Receita Líquida Regulatória no 4T21 alcançou R$ 550,9 MM, 43,8% maior que o registrado no 4T20, explicado pelo reajuste inflacionário do ciclo 2021-2022 da RAP e entrada em operação de Janaúba, efeitos compensados em parte pela queda da RAP de algumas concessões.

Receita Líquida Regulatória em 2021 somou R$ 1.837,1 MM, apresentando um aumento anual de 20,5%.

A Receita Líquida Regulatória não é impactada pelo reconhecimento dos efeitos inflacionários descrito na seção 4.5 da Receita Líquida IFRS, visto que esse reconhecimento é uma definição contábil do IFRS sobre a correção monetária do ativo contratual que influencia, portanto, apenas a Receita Líquida IFRS. Por outro lado, a RAP é anualmente reajustada pela inflação a cada novo ciclo que se inicia em 1º dia de julho de cada ano e termina no 30º dia de junho do ano subsequente (vide seção 4.2).

O crescimento na linha da RAP de 36,4% entre o 4T21 e o 4T20 é explicado, basicamente, pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2021-2022 (37,04% em IGP-M e 8,06% em IPCA) e pela entrada em operação da concessão de Janaúba no início de setembro de 2021. O aumento foi compensado em parte pela redução da RAP das concessões Munirah, ATE I e ATE II (maiores detalhes sobre os efeitos e as datas de queda nas seções 4.2 e 4.3).

A Parcela Variável (PV) registrou um resultado positivo de R$ 5,1 MM, apresentando portanto uma melhora de R$ 12,8 MM na comparação entre o 4T21 e o 4T20 em função da reversão da parcela variável de três eventos ocorridos em 2021. Para maiores detalhes vide seção 4.1.

Outras receitas operacionais apresentaram um aumento de R$ 9,0 MM explicado pelo fim da parcela de ajuste que foi contabilizada no período entre 3T20 e 2T21, em função do cancelamento da TLD de São João definida na resolução homologatória 2.275/20, referente ao processo administrativo nº 48500.002803/2017-41 da ANEEL instaurado antes da conclusão da aquisição do ativo. É importante mencionar que o registro não teve impacto financeiro na Companhia uma vez que o valor foi acertado via conta garantia na data de conclusão.

Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

R$ MM	4T21	4T20	Var.%	2021	2020	Var.%
RAP Concessionárias	599,5	439,4	36,4%	2.039,0	1.727,6	18,0%
Parcela Variável	5,1	(7,7)	n/a	(20,8)	(23,1)	-10,1%
Receita do Serviço	**604,7**	**431,8**	**40,0%**	**2.018,2**	**1.704,5**	**18,4%**
Outras receitas operacionais	0,3	(8,7)	n/a	1,4	(16,5)	n/a
Receita operacional bruta	**605,0**	**423,1**	**43,0%**	**2.019,6**	**1.688,0**	**19,6%**
PIS e COFINS	(34,6)	(24,2)	43,2%	(112,0)	(95,4)	17,4%
ISS	(0,2)	(0,1)	41,0%	(0,6)	(0,5)	25,7%
ICMS	(0,0)	(0,0)	389,9%	(0,1)	(0,1)	38,9%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(19,2)	(15,8)	21,6%	(69,8)	(67,2)	3,8%
Total Deduções	**(54,1)**	**(40,1)**	**34,7%**	**(182,5)**	**(163,2)**	**11,8%**
Receita operacional líquida	**550,9**	**382,9**	**43,8%**	**1.837,1**	**1.524,8**	**20,5%**

4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R$ 172,7 MM no 4T21, 8,8% maior quando comparado ao 4T20. Os custos de PMSO somaram R$ 103,9 MM, registrando um aumento anual de 8,2%.

Em 2021, custos, Despesas e Depreciação e Amortização alcançaram R$ 581,8 MM, 9,2% maior na comparação anual. Os custos de PMSO somaram em 2021 R$ 321,4 MM, registrando um aumento de 10,5%.

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

R$ MM	4T21	4T20	Var.%	2021	2020	Var.%
Pessoal	(48,7)	(43,7)	11,4%	(183,0)	(166,6)	9,8%
Material	(1,5)	(1,7)	-10,9%	(5,6)	(3,8)	46,6%
Serviço de terceiros	(28,7)	(22,5)	27,6%	(85,4)	(72,9)	17,2%
Outros	(24,9)	(28,1)	-11,3%	(47,4)	(47,5)	-0,2%
Total	**(103,9)**	**(96,0)**	**8,2%**	**(321,4)**	**(290,8)**	**10,5%**
Depreciação e amortização	(68,8)	(62,6)	9,9%	(260,4)	(242,1)	7,6%
Total	**(172,7)**	**(158,7)**	**8,8%**	**(581,8)**	**(532,9)**	**9,2%**

As diferenças entre os Resultados Regulatórios e IFRS, na linha de custos, despesas e depreciação e amortização, são observadas nas despesas com material e em depreciação e amortização. O Resultado IFRS contabiliza o investimento na construção de novos ativos, reforços e melhorias, como despesas com material, ao mesmo tempo em que capitaliza a receita de implementação no ativo contratual. Já o Resultado Regulatório deprecia o investimento imobilizado. Além disso, a partir da adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, em 2019, são também observadas diferenças na linhas de Outros custos e despesas operacionais, entre os Resultados Regulatório e IFRS.

Os custos e despesas PMSO totalizaram R$ 103,9 MM no 4T21 (+8,2% versus 4T20), explicado pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 11,4% na comparação entre o 4T21 e o 4T20 é explicado pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 8,06%, refletindo o reajuste da RAP do ciclo 2021-2022 dos contratos de concessão de categoria 3, baseados exclusivamente no índice de inflação IPCA, além de do programa de meritocracia, promoções e aumento de quadro.

- **Material:** A redução de R$ 0,2 MM entre os períodos comparados se deve a menores gastos com materiais de operação e manutenção basicamente na TSN.

- **Serviços de Terceiros:** O aumento de 27,6% na comparação anual foi influenciado basicamente por maiores despesas com limpeza de faixa compensado em parte por uma redução nos custos de consultoria.

- **Outros:** Essas despesas apresentaram uma diminuição no 4T21 de 11,3% explicado basicamente por uma baixa de R$ 15,1 MM na concessão São João no 4T20, relacionada a um contas a receber registrado com base em uma liminar referente aos recebimentos das RAPs dos meses de julho, agosto, outubro e novembro de 2019 de São João, tendo em vista a não recuperabilidade do mesmo. Este efeito foi compensado em parte por uma baixa referente ao banco de capacitores da Novatrans e pela multa por atraso na entrega de Mariana, após o fim do processo ANEEL nº 48500.000670/2021-54, ambos registrados no 4T21.

- **Depreciação e Amortização:** O aumento de 9,9% da depreciação, na comparação entre o 4T21 e o 4T20, refere-se à unitização do projeto de implantação do sistema SAP S/4 Hana e a entrada em operação de Janaúba.

4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório

O EBITDA Regulatório do 4T21 atingiu R$ 447,0 MM, 55,8% maior que o registrado no 4T20 e uma margem EBITDA de 81,1% (+6,2pp versus 4T20). Em 2021, o EBITDA Regulatório atingiu R$ 1.515,8 MM, 22,8% maior na comparação com 2020, com uma margem EBITDA de 82,5%. Conforme mencionado anteriormente o reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2021-2022 (37,04% em IGP-M e 8,06% em IPCA) e a entrada em operação de Janaúba em setembro explicam o desempenho positivo do EBITDA e aumento da margem EBITDA na comparação anual.

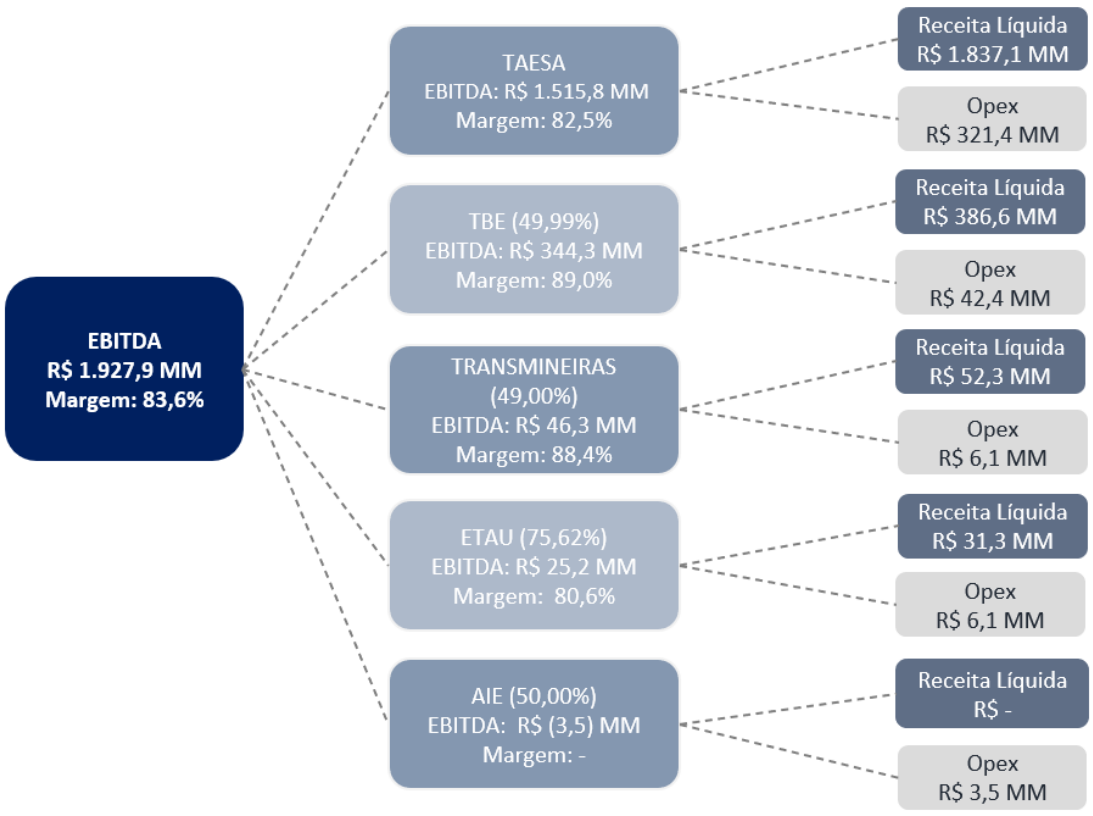
No setor de transmissão de energia, o **EBITDA Regulatório** é um importante indicador de desempenho operacional e financeiro, em virtude da sua aderência à geração de caixa operacional efetiva da Companhia.

EBITDA Regulatório (Consolidado)

R$ MM	4T21	4T20	Var.%	2021	2020	Var.%
Receita líquida	550,9	382,9	43,8%	1.837,1	1.524,8	20,5%
Custos e despesas	(103,9)	(96,0)	8,2%	(321,4)	(290,8)	10,5%
EBITDA	**447,0**	**286,9**	**55,8%**	**1.515,8**	**1.234,0**	**22,8%**
Margem EBITDA	**81,1%**	**74,9%**	**6,2 pp**	**82,5%**	**80,9%**	**1,6 pp**

4.11. Composição do EBITDA Regulatório

O gráfico abaixo mostra o EBITDA Regulatório no ano de 2021 considerando todas as concessões do grupo Taesa proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, Transmineiras, AIE e TBE).



4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 4T21 totalizou R$ 147,6 MM, 47,7% menor que o 4T20. Já no ano de 2021, a Equivalência Patrimonial IFRS fechou em R$ 781,4 MM, 6,3% menor que no ano de 2020.

Equivalência Patrimonial IFRS

R$ MM	4T21	4T20*	Var.%	2021	2020	Var.%
ETAU	2,7	11,6	-76,9%	24,2	42,2	-42,6%
TBE	85,2	191,1	-55,4%	521,7	499,1	4,5%
Aimorés	2,1	7,4	-72,4%	18,6	55,7	-66,5%
Paraguaçu	(3,3)	9,9	-	24,3	81,7	-70,2%
Ivaí	56,8	34,6	64,0%	134,2	95,0	41,3%
Transmineiras	4,2	27,4	-84,7%	58,3	60,3	-3,3%
Total Equivalência Patrimonial	**147,6**	**282,1**	**-47,7%**	**781,4**	**833,9**	**-6,3%**

** Em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47 (IFRS 15), o resultado do 4T20 sofreu ajustes como consequência das reclassificações dos saldos de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020.*

A queda de 47,7% no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o 4T21 e o 4T20, se deve principalmente a: (i) variação negativa na receita de correção monetária no resultado da TBE, ETAU e Transmineiras em função da redução do índice de inflação IGP-M registrado entre os períodos comparados (+0,02% no 4T21 vs +11,24% no 4T20); e (ii) ajustes de margem de implementação de infraestrutura nas concessões em construção Aimorés, Paraguaçu e Ivaí, do grupo AIE, e ESTE, da TBE, uma vez que estes empreendimentos estão se aproximando da sua conclusão.

4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 4T21 totalizou R$ 26,0 MM, 18,8% menor que o registrado no 4T20. No ano de 2021, a Equivalência Patrimonial Regulatória fechou em R$ 130,2 MM, 19,7% menor que o registrado em 2020.

Equivalência Patrimonial - Regulatório

R$ MM	4T21	4T20	Var.%	2021	2020	Var.%
ETAU	3,7	2,8	31,4%	20,6	14,1	46,0%
TBE	55,7	48,7	14,4%	216,0	215,9	0,1%
Aimorés	(0,0)	0,3	-	(0,2)	(0,1)	234,8%
Paraguaçu	(0,1)	0,4	-	(0,4)	(0,1)	218,6%
Ivaí	(28,1)	(15,4)	81,8%	(86,6)	(47,1)	83,7%
Transmineiras	8,3	8,9	-6,3%	35,4	34,2	3,6%
Resultado das Controladas	**39,6**	**45,6**	**-13,2%**	**184,8**	**216,9**	**-14,8%**
Amortização do ágio - TBE	(13,6)	(13,6)	0,0%	(54,6)	(54,6)	0,0%
Total Equivalência Patrimonial	**26,0**	**32,0**	**-18,8%**	**130,2**	**162,3**	**-19,7%**

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 4T21 apresentou uma redução de 18,8% na comparação anual. Este desempenho é explicado basicamente pelas maiores despesas financeiras relativas a 1ª emissão de debêntures de Ivaí, como resultado da alta do IPCA, mas compensado em parte pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2021-2022 (37,04% em IGP-M e 8,06% em IPCA).

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, Transmineiras e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

4.14. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R$ 223,5 MM no 4T21, 15,9% maior que o registrado no 4T20. Já a despesa financeira líquida regulatória totalizou R$ 223,0 MM, 15,9% maior na comparação anual.

No ano de 2021 a despesa financeira líquida IFRS fechou em R$ 810,1 MM, apresentando um aumento de 70,4% contra 2020. A despesa financeira líquida regulatória alcançou R$ 807,5 MM, 70,8% maior em relação a 2020.

Resultado Financeiro IFRS

R$ MM	4T21	4T20	Var.%	2021	2020	Var.%
Receitas Financeiras	**14,0**	**5,8**	**140,0%**	**34,3**	**38,8**	**-11,7%**
Renda de aplicação financeira	14,0	5,8	140,0%	34,3	38,8	-11,7%
Despesas Financeiras	**(237,6)**	**(198,8)**	**19,5%**	**(844,4)**	**(514,3)**	**64,2%**
Juros incorridos	(124,7)	(89,7)	39,0%	(420,1)	(323,9)	29,7%
Variações monetárias e cambiais	(113,5)	(106,9)	6,2%	(410,0)	(175,6)	133,5%
Ajuste ao valor justo	(0,0)	(0,0)	n/a	(0,0)	0,0	n/a
Arrendamento	(0,5)	(0,6)	-6,0%	(2,6)	(2,7)	-2,4%
Outras despesas/receitas financeiras	1,2	(1,6)	n/a	(11,6)	(12,2)	-4,7%
Total IFRS	**(223,5)**	**(192,9)**	**15,9%**	**(810,1)**	**(475,5)**	**70,4%**

O aumento no 4T21 de 140,0% nas Receitas Financeiras ocorreu pelo aumento considerável do CDI no período (4T21 1,82% x 0,46% 4T20), embora o volume médio de caixa aplicado no 4T21 tenha sido menor por conta principalmente do pagamento de proventos de R$ 523 MM em dezembro de 2021 e do pagamento de amortização e juros no valor de R$ 446 MM no trimestre.

A variação apresentada no 4T21 de 39,0% na linha de juros incorridos se deve ao aumento do principal da dívida em função da correção pela inflação, impactando a base de cálculo dos juros incorridos, e ao aumento do CDI entre os períodos comparados, além da 10ª emissão de debêntures da Taesa ocorrida em maio de 2021.

O crescimento no 4T21 de 6,2% na linha de variações monetárias e cambiais na comparação anual é explicado basicamente pelo maior volume de dívida em IPCA por conta da 10ª emissão de debêntures.

A linha de outras despesas/receitas financeiras apresentou uma variação positiva de R$ 2,8 MM na comparação anual explicada pelo impacto líquido das atualizações monetárias de depósitos judiciais e provisões cíveis, tributárias e trabalhistas, uma vez que essas atualizações começaram em 2021.

4.15. Impostos

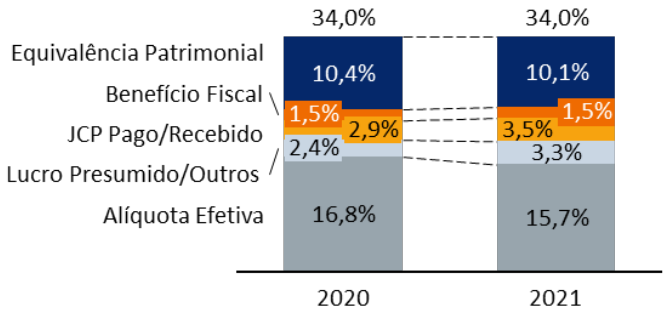
A redução de 74,6% do Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado entre o 4T21 e 4T20 é explicado basicamente pela queda no lucro antes dos impostos, pelo aumento do JCP pago no 4T21 que provocou maior aproveitamento deste benefício fiscal e pelo crescimento no lucro das empresas que possuem tributação em regime de lucro presumido.

R$ MM	IFRS					
Conciliação Imposto	4T21	4T20*	Var.%	2021	2020	Var.%
Lucro antes do Impostos	466,4	920,8	-49,3%	2.625,1	2.719,2	-3,5%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(158,6)	(313,1)	-49,3%	(892,5)	(924,5)	-3,5%
Equivalência Patrimonial	50,2	95,9	-47,7%	265,7	283,5	-6,3%
SUDAM/SUDENE	(21,6)	(9,5)	127,4%	38,4	41,1	-6,4%
JCP Pago/Recebido	68,7	38,3	79,4%	90,8	79,1	14,8%
Empresas Lucro Presumido	31,9	22,0	44,9%	108,4	68,2	58,9%
Outros	(14,0)	(4,4)	217,7%	(22,2)	(3,7)	505,9%
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	**(43,4)**	**(170,8)**	**-74,6%**	**(411,4)**	**(456,3)**	**-9,8%**
Alíquota Efetiva	**9,3%**	**18,5%**	**-9,2 pp**	**15,7%**	**16,8%**	**-1,1 pp**

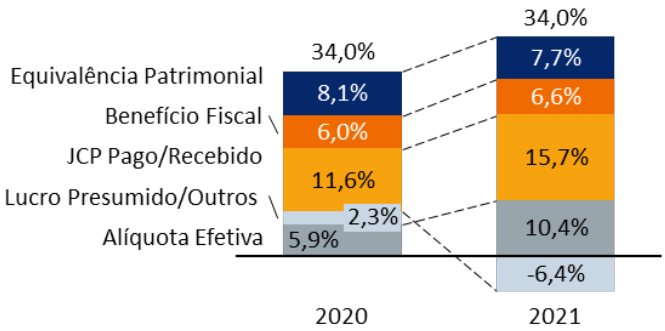
** Em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47 (IFRS 15), o resultado do 4T20 sofreu ajustes como consequência das reclassificações dos saldos de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020.*

R$ MM	Regulatório					
Conciliação Imposto	4T21	4T20	Var.%	2021	2020	Var.%
Lucro antes do Impostos	181,1	63,9	183,6%	578,1	681,3	-15,2%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(61,6)	(21,7)	183,6%	(196,5)	(231,6)	-15,2%
Equivalência Patrimonial	8,8	10,9	-18,8%	44,3	55,2	-19,7%
SUDAM/SUDENE	(21,6)	(9,5)	127,4%	38,4	41,1	-6,4%
JCP Pago/Recebido	68,7	38,3	79,4%	90,8	79,1	14,8%
Empresas Lucro Presumido	7,9	5,9	33,1%	31,6	24,8	27,3%
Outros	(77,2)	(9,2)	736,2%	(68,7)	(8,9)	671,1%
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	**(74,9)**	**14,7**	**n/a**	**(60,1)**	**(40,4)**	**48,8%**
Alíquota Efetiva	**41,4%**	**-23,0%**	**64,3 pp**	**10,4%**	**5,9%**	**4,5 pp**

Alíquota Efetiva - IFRS



Alíquota Efetiva - Regulatório



A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0.65%	3.00%
NVT	"Real"	"Sudam"	73%	2023	0,65%	3,00%
GTESA	"Real"	"Sudene"	100%	2023	0,65%	3,00%
PATESA	"Real"	"Sudene"	100%	2025	0,65%	3,00%
Munirah	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
ETEO	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
STE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	"Real"	"Sudene"	85%	2026	1,65%	7,60%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
São Gotardo	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	"Presumido"	"Sudam"	100%	2029	0,65%	3,00%
Janaúba	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Aimorés	"Real"	"Sudene"	80%	2032	1,65%	7,60%
Paraguaçu	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
ETAU	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
BRASNORTE	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2023	0,65%	3,00%
ENTE	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE*	"Real"	"Sudam"	100%	2020	1,65%	7,60%
ESDE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
STC	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE	"Real"	"Sudene"	22%	2032	1,65%	7,60%
IVAÍ	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
TRANSUDESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSLESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSIRAPÉ	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EDTE	"Real"	"Sudene"	100%	2029	1,65%	7,60%
Sant"Ana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São João	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Pedro	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Lagoa Nova	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%

*A EBTE solicitou a renovação do benefício fiscal da SUDAM em agosto de 2020 e está aguardando posição do órgão competente.

O benefício fiscal SUDAM/SUDENE tem como base de cálculo o resultado IFRS de cada concessão. Esses benefícios são incentivos fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada e reduzem em 75% o Imposto de Renda devido na exploração das concessões de transmissão.

Regra de incidência de IRPJ e CSLL por regime fiscal

Lucro Real: A empresa deve antecipar os tributos mensalmente, com base no faturamento mensal, sobre o qual aplicam-se percentuais predeterminados, de acordo com o enquadramento das atividades, para obter uma margem de lucro estimada sobre a qual recai o IRPJ e a CSLL. No final do ano, a pessoa jurídica levanta o balanço anual e apura o lucro real do exercício, calculando em definitivo o IRPJ e a CSLL e descontando as antecipações realizadas mensalmente. Eventualmente, as antecipações podem ser superiores aos tributos devidos, ocasionando um crédito em favor do contribuinte.

Lucro Presumido: O IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido são apurados trimestralmente. A alíquota de cada tributo (IRPJ e CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável, dependendo da atividade. No caso da Taesa, as alíquotas de presunção de IRPJ e CSLL são 8% e 12%, respectivamente.

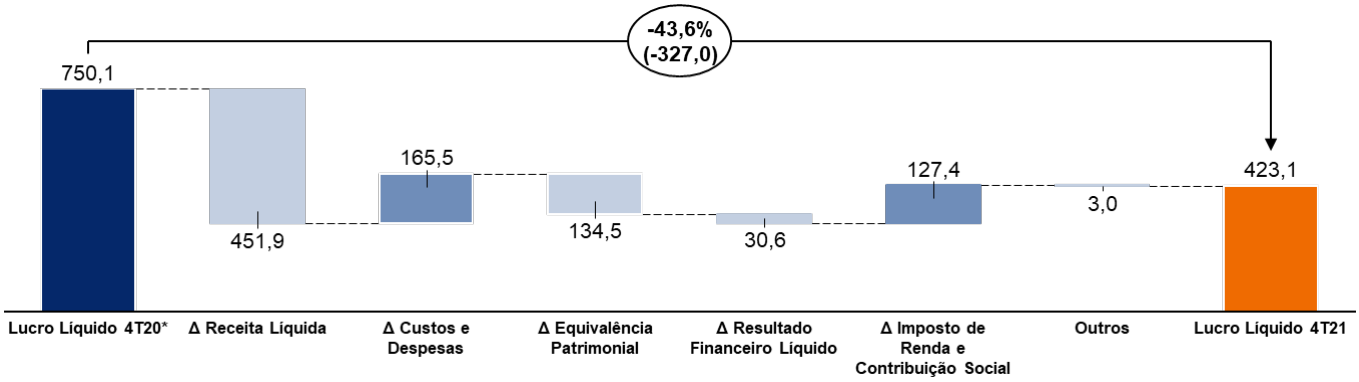
Com o surgimento da Lei 12.973/2014, a Companhia passou os anos de 2015 a novembro de 2017 contabilizando com a alíquota de presunção de 32%. Porém, baseada em jurisprudências passadas, no 4T17 a Companhia efetuou a reversão da provisão do IRPJ e CSLL na ETAU* e em São Gotardo, e passou a contabilizar utilizando as alíquotas anteriores (8% e 12%). O mesmo ocorreu para concessões do grupo TBE que adotam o Lucro Presumido.

* Em 2015 a ETAU utilizava o regime de Lucro Presumido. Porém, a partir de janeiro de 2016, optou pelo regime de Lucro Real, visando redução da carga tributária do IRPJ e CSLL, em razão da entrada em vigor da Lei nº 12.973/14.

4.16. Lucro Líquido

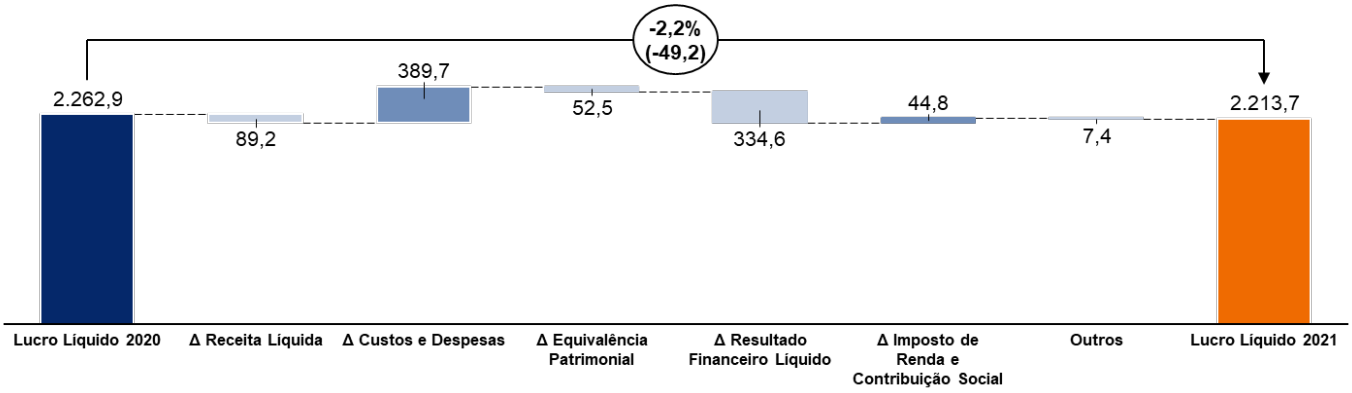
Lucro Líquido IFRS totalizou R$ 423,1 MM no 4T21, 43,6% menor que o registrado no 4T20. No ano de 2021, o Lucro Líquido IFRS somou R$ 2.213,7 MM, 2,2% menor na comparação ao ano de 2020.

Lucro Líquido IFRS – 4T21:



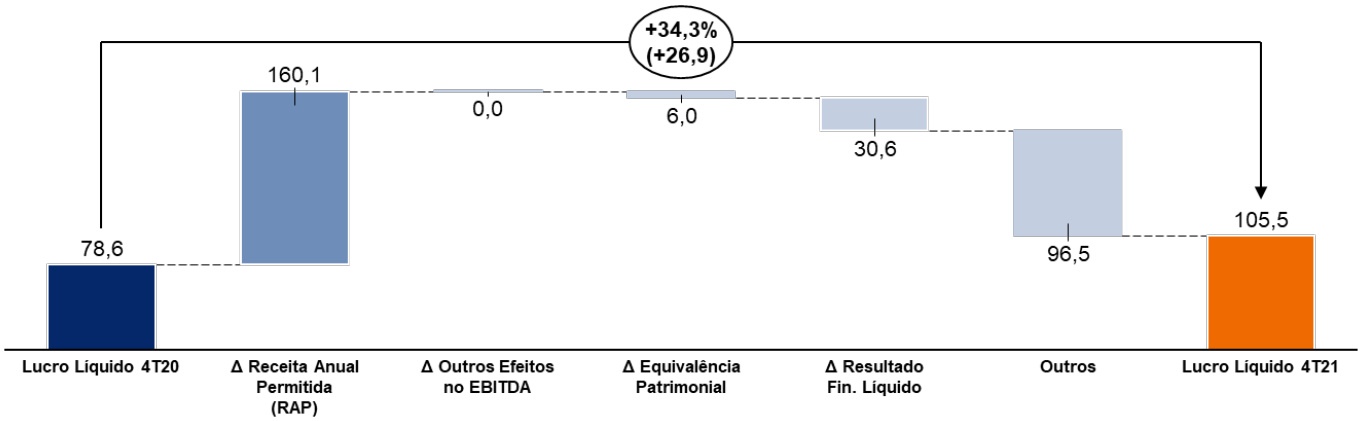
** Em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47 (IFRS 15), o resultado do 4T20 sofreu ajustes como consequência das reclassificações dos saldos de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020.*

Lucro Líquido IFRS – 2021:

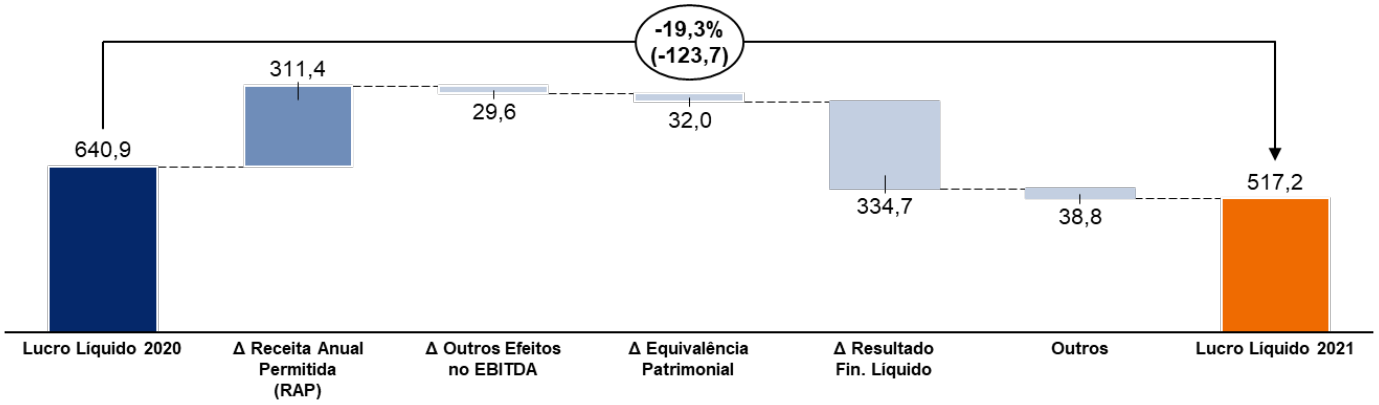


Lucro Líquido Regulatório somou R$ 105,5 MM no 4T21, apresentando um aumento anual de 34,3%. Já em 2021, o Lucro Líquido Regulatório fechou em R$ 517,2 MM, 19,3% menor que no ano anterior.

Lucro Líquido Regulatório – 4T21:



Lucro Líquido Regulatório – 2021:



Lucro Líquido Ajustado

A partir da adoção do CPC 47 de 2018 em diante, a Companhia passou a antecipar um resultado estritamente contábil (sem efeito caixa) referente à eficiência da construção (vide seção 4.4 para maiores detalhes). Entretanto, para fins de distribuição de dividendos e com o intuito de manter o fluxo de dividendos que a Taesa vem historicamente pagando sem afetar a sua posição de caixa e sua alavancagem, a Companhia passou a apresentar trimestralmente um lucro líquido ajustado excluindo os efeitos das margens de implementação. Isto é, o lucro líquido ajustado se aproxima do método contábil utilizado anteriormente (ativo financeiro a custo amortizado). Consequentemente, a Companhia passou a registrar uma reserva especial de lucro referente a estes ajustes, que poderá ser futuramente distribuída em forma de dividendos.

DRE IFRS - Consolidado - 2021

R$ mil	DRE (CPC 47)	Ajustes	DRE Ajustada
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Operação e manutenção	826.013		826.013
Remuneração do ativo contratual de concessão	807.358	54.001	861.359
Correção monetária do ativo contratual de concessão	1.216.276		1.216.276
Implementação de Infraestrutura	915.031	(320.116)	594.915
Outras receitas operacionais	23.967		23.967
Parcela variável	(20.792)		(20.792)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**3.767.853**	**(266.115)**	**3.501.738**
PIS e COFINS	(225.269)	24.417	(200.852)
ISS	(638)		(638)
ICMS	(129)		(129)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(69.767)		(69.767)
Outras deduções	-		-
Deduções da receita operacional bruta	(295.803)	24.417	(271.386)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**3.472.050**	**(241.698)**	**3.230.352**
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS			**-**
Pessoal	(183.009)		(183.009)
Material	(501.811)		(501.811)
Serviços de terceiros	(85.401)		(85.401)
Depreciação e amortização	(22.653)		(22.653)
Outras despesas operacionais	(25.357)		(25.357)
Custos e despesas	(818.231)	-	(818.231)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-		-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**2.653.819**	**(241.698)**	**2.412.121**
Resultado de equivalência patrimonial	781.436	(247.528)	533.908
Renda de aplicação financeira	34.283		34.283
Despesas financeiras	(844.392)		(844.392)
Resultado financeiro	(810.110)	-	(810.110)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**2.625.145**	**(489.225)**	**2.135.920**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(411.431)	81.127	(330.305)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**2.213.714**	**(408.099)**	**1.805.615**
Participação dos acionistas controladores (Distribuível)	2.213.714	(408.099)	1.805.615
Participação dos acionistas não-controladores	-		-
Reserva legal 5%	-	-	-
Reserva de incentivo fiscal	(15.746)		(15.746)
Reserva especial - adoção inicial CPC 47	(408.099)	408.099	-

4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

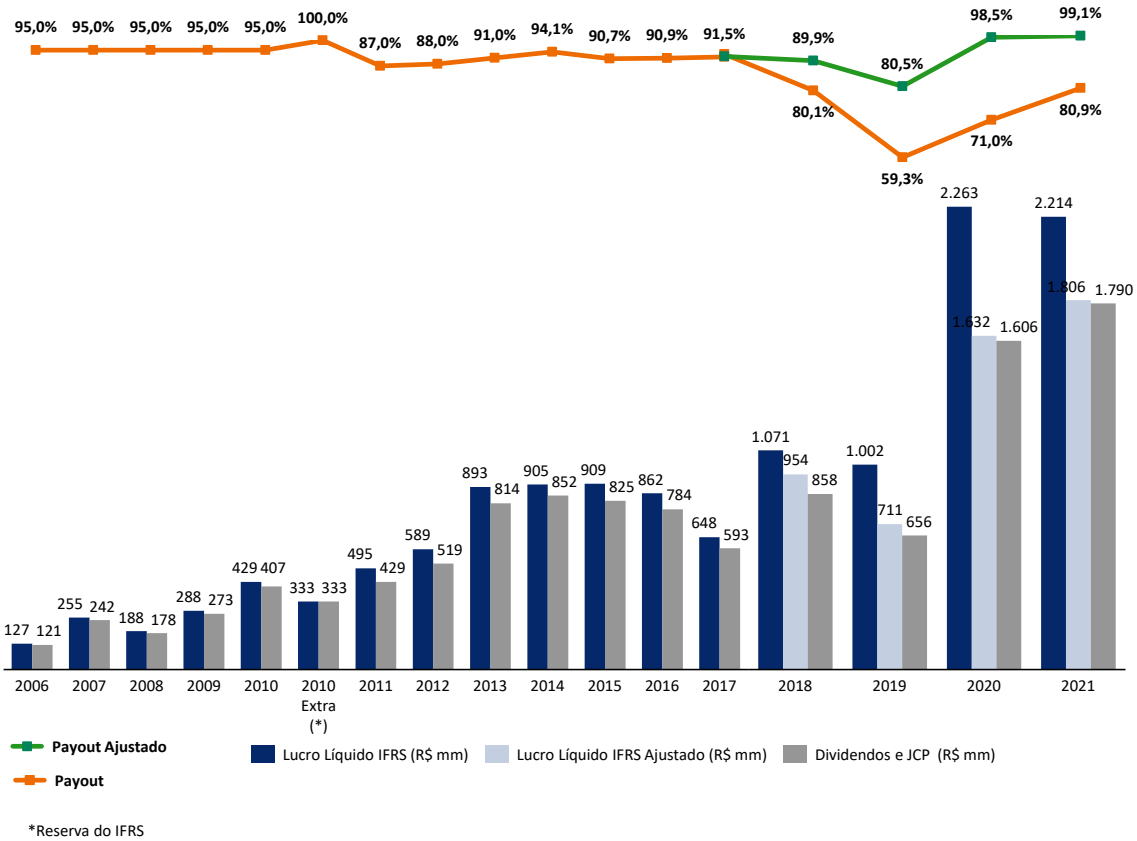
Na data de hoje, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de destinação do resultado de 2021, da seguinte forma: (i) R$ 15,7 MM para reserva de incentivos fiscais; (ii) R$ 408,1 MM para reserva especial referente à adoção do CPC 47; (iii) R$ 989,6 MM (R$ 2,87 / Unit) pagos antecipadamente ao longo de 2021, sendo R$ 722,6 MM (R$ 2,10 / Unit) em dividendos intercalares e R$ 267,0 MM (R$ 0,78 / Unit) em JCP; e (iv) R$ 800,3 MM (R$ 2,32 / Unit) a serem distribuídos, sendo R$ 147,0 MM a título de dividendos mínimos obrigatórios remanescentes e R$ 653,3 MM a título de dividendos adicionais, cujo pagamento deverá ocorrer até 31 de dezembro de 2021.

A Taesa convocará a Assembleia de Acionistas para aprovar os resultados do exercício social de 2021 e a sua proposta de destinação. Caso seja aprovada em Assembleia, o total de dividendos e JCP distribuídos referente ao exercício social de 2021 será de R$ 1.789,9 MM.

No dia 29 de dezembro de 2021, a Taesa pagou o total de R$ 523,0 MM segregados da seguinte forma: (i) R$ 321,0 MM (R$ 0,93 / Unit) a título de dividendos intercalares com base nas demonstrações financeiras intermediarias levantadas em 30 de setembro de 2021, e de (ii) R$ 202,0 MM (R$ 0,59 / Unit) a título de juros sobre capital próprio (JCP) com base no balancete de novembro de 2021.

No dia 27 de maio de 2021, a Taesa pagou o total de R$ 1.028,5 MM segregados da seguinte forma: (i) R$ 561,9 MM (R$ 1,63 / Unit) a título de dividendos adicionais referente à destinação do lucro líquido de 2020 e R$ 466,6 MM divididos em R$ 401,6 MM (R$ 1,17 / Unit) a título de dividendos intercalares e R$ 65,0 MM (R$ 0,19 / Unit) a título de juros sobre capital próprio (JCP), ambos com base nas demonstrações financeiras intermediárias levantadas em 31 de março de 2021.

Com isso, a TAESA pagou em 2021 R$ 1.551,5 MM entre dividendos e JCP, montante 40,3% maior que o valor pago em 2020.



*Reserva do IFRS

4.18. Endividamento

No 4T21, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R$ 6.615,5 MM, 3,1% maior que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R$ 394,8 MM, registrando uma redução de 59,6% no trimestre e resultando em uma dívida líquida de R$ 6.220,7 MM, 6,3% maior que o 3T21.

R$ MM

Dívida Líquida	4T21	% Dív Bruta	3T21	% Dív Bruta	Var. %
Curto Prazo	**949,5**	**14,4%**	**934,4**	**13,7%**	**1,6%**
Taxa Fixa	8,9	0,1%	8,9	0,1%	-0,3%
CDI	476,0	7,2%	492,6	7,2%	-3,4%
IPCA	464,6	7,0%	432,8	6,3%	7,4%
Longo Prazo	**5.666,0**	**85,6%**	**5.893,5**	**86,3%**	**-3,9%**
Taxa Fixa	2,0	0,0%	4,2	0,1%	-52,6%
CDI	1.543,3	23,3%	1.538,2	22,5%	0,3%
IPCA	4.120,7	62,3%	4.351,2	63,7%	-5,3%
Endividamento Total	**6.615,5**	**100,0%**	**6.827,9**	**100,0%**	**-3,1%**
(-) Caixa e Aplicações *	(394,8)		(977,7)		-59,6%
(=) Dívida Líquida	**6.220,7**		**5.850,2**		**6,3%**

* O valor do caixa é a soma das linhas caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

No 4T21 a dívida bruta totalizou R$ 6.615,5 MM e o caixa R$ 394,8 MM, resultando em uma dívida líquida de R$ 6.220,7 MM. A redução de 3,1% da dívida bruta no período se deve basicamente à amortização de principal da 3ª série da 3ª emissão de debêntures da TAESA.

A redução de 59,6% no Caixa e Aplicações no trimestre é explicado principalmente pelo desembolso do valor de R$ 523,0 MM referente ao pagamento de dividendos intercalares e JCP no final de 2021.

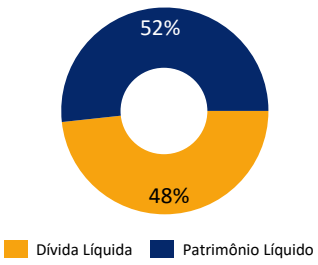
Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R$ 8.637,6 MM e o caixa de R$ 612,2 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R$ 953,3 MM e caixa/aplicações de R$ 71,4 MM; (ii) dívidas da ETAU no valor de R$ 4,3 MM e caixa/aplicações de R$ 4,9 MM; (iii) dívidas das Transmineiras no montante de R$ 53,6 MM e caixa/aplicações de R$ 4,7 MM; e (iv) dívidas da AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) de R$ 1.010,8 MM e caixa/aplicações de R$ 136,4 MM.

Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 4,2x no 4T21, abaixo do registrado no 3T21 (4,3x). Desconsiderando o resultado das empresas controladas em conjunto e coligadas, esse indicador seria de 4,1x no 4T21 versus 4,3x registrado no 3T21.

Dívida por Empresa (R$ MM)

Empresa	Dívida Bruta R$ MM	Caixa e Equiv. R$ MM	Dívida Líquida R$ MM
TAESA	6.615,5	394,8	6.220,7
ETAU (75,6%)	4,3	4,9	-0,6
TBE (49,99%)	953,3	71,4	881,9
Transmineiras (49%)	53,6	4,7	48,9
AIE (50%)	1.010,8	136,4	874,4
TOTAL	**8.637,6**	**612,2**	**8.025,4**

Estrutura de Capital Taesa (*Book Value*)



A dívida da Taesa, das investidas em conjunto e coligadas está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Empresa	Credor	Índice	Principal (R$ / mil)	Juros (R$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Data Final	Amortização	Cupons por Ano
Taesa	3ª Debêntures	IPCA	908.004	9.555	IPCA + 5,10%	Br.AAA	Out/2024	Anual	1
	4ª Debêntures	IPCA	318.774	4.086	IPCA + 4.41%	AAA.br	Set/2024	Anual	1
	5ª Debêntures	IPCA	629.861	17.313	IPCA + 5.9526%	-	Jul/2025	Anual	1
	6ª Debêntures	CDI	440.879	9.078	108% CDI	AAA.br	Mai/2026	Bullet	1
	6ª Debêntures	IPCA	236.609	1.729	IPCA + 5,50%	AAA.br	Mai/2044	Mensal	12
	7ª Debêntures	IPCA	567.205	59.575	IPCA + 4,50%	-	Set/2044	Semestral	2
	8ª Debêntures	IPCA	348.896	815	IPCA + 4,77%	AAA.br	Dez/2044	Semestral	2
	9ª Debêntures	CDI	449.581	10.132	CDI + 2,85%	-	Abr/2022	Bullet	1
	10ª Debêntures	CDI	640.190	7.788	CDI + 1,70%	-	Mai/2028	Bullet	1
	10ª Debêntures	IPCA	106.947	653	IPCA + 4,7605%	-	Mai/2036	Anual	1
	SWAP - Citibank*	CDI	353.998	0	106.0% CDI	-	Mai/2023	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	IPCA	108.861	0	IPCA + 3,995%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	108.860	0	IPCA + 3,99%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Itaú)	IPCA	54.495	0	IPCA + 3,94%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Br Partners)	IPCA	54.395	0	IPCA + 3,91%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	53.706	0	IPCA + 3,66%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (ABC)	IPCA	53.362	0	IPCA + 3,59%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	FINAME	pré-fix	53	0	5,50%	-	Jul/2022	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	2.538	3	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	5.711	8	3,00%	-	Jan/2023	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	143	0	6,00%	-	Ago/2024	Mensal	12
SGT	FINAME	pré-fix	2.446	3	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
Janaúba	1ª Debêntures	IPCA	257.589	35.741	IPCA + 4,5% a.a.	-	Jul/2033	Trimestral	4
	2ª Debêntures	IPCA	632.035	66.314	IPCA + 4,8295%.a.a.	-	Dez/2044	Anual	1
Lagoa Nova	Financiamento BNB	IPCA	54.501	3.074	IPCA + 2,109% a.a.	-	Mai/2038	Mensal	12
ETAU	BNDES - GIRO	TJLP	4.316	33	TLP + 2,78% + 1,5% + 1,5%	-	Out/2023	Mensal	12
EATE	6ª Debêntures	CDI	5.718	9	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	7ª Debêntures	CDI	13.876	22	112% CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
	8ª Debêntures	CDI	134.745	4.213	108.60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	9ª Debêntures	CDI	99.693	2.194	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
EBTE	1ª Debentures	CDI	24.532	38	112% CDI	-	jun/23	Mensal	12
	2ª Debentures	CDI	37.098	817	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
EDTE	2ª Debêntures	IPCA	153.673	31.368	IPCA + 5,29%	-	Dez/2028	Semestral	2
ECTE	4ª Debêntures	CDI	4.440	7	107,75% CDI	-	Set/ 2022	Mensal	12
	5ª Debêntures	CDI	9.521	298	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	CCB Santander	CDI	14.738	140	2,90% a.a. + CDI	-	jul/25	Mensal	12
	6ª Debêntures	CDI	9.508	210	CDI + 1,9%		Abr/2026	4 e 5º ano	1
ENTE	4ª Debêntures	CDI	24.924	780	108.60% CDI		Jul/2024	Bullet	1
	CCB Santander	CDI	50.736	482	2,90% a.a. + CDI	-	Jul/2025	Mensal	12
ETEP	3ª Debêntures	CDI	8.246	13	112% CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
	CBB Santander	CDI	45.657	434	TJLP + 2,08%	-	Abr/2027	Mensal	12
	4ª Debêntures	CDI	24.893	548	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
ESTE	1ª Debêntures	IPCA	195.633	54.069	IPCA + 4,5% a.a.	-	Dez/2044	Semestral	2
TRANSLESTE	BDMG	pré-fix	4.209	22	10% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	BNB	pré-fix	1.190	97	9,5% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	2ª Debêntures	CDI	5.826	9	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
TRANSIRAPÉ	BDMG	pré-fix	2.680	4	3,50%	-	Jan/2024	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	1.781	77	3,5% + TJLP	-	Out/2029	Mensal	12
	2º Debentures	CDI	3.936	6	107.75% CDI		Set/2022	Mensal	12
	3º Debentures	CDI	26.895	593	CDI + 1,9%		Abr/2026	4 e 5º ano	1
	BNDES	pré-fix	1.269	75	6,5% + TJLP	-	Abr/2026	Mensal	12
TRANSUDESTE	2ª Debêntures	CDI	4.954	7	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
IVAÍ	1ª Debêntures	IPCA	913.332	97.513	IPCA + 4,9982% a.a.	-	Dez/2043	Semestral	2
Total			**8.217.654**	**419.946**					

* A dívida foi captada em USD, indexada a Libor, mas como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.

4.19. Investimentos

Em 2021, a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas investiram o total de R$ 975,9 MM contra R$ 1.535,2 MM investidos em 2020, referentes aos empreendimentos em construção. A redução de 36,4% entre os períodos comparados se deve aos menores investimentos em alguns projetos (Janaúba, Paraguaçu e Aimorés), principalmente em função do estágio avançado da construção destes empreendimentos, compensado em parte por maiores investimentos em Sant'Ana, Ivaí e ESTE.

Projetos em construção - proporcional à participação da TAESA

	Custo de Implementação (Capex)								
R$ Mil	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL
Mariana	2.619	4.751	21.181	38.106	22.797	55.083	34.592	-	**179.129**
Miracema			1.197	41.695	115.009	110.664	-	-	**268.565**
Janaúba				10.190	30.741	116.074	655.111	162.130	**974.246**
Aimorés				3.923	3.638	65.877	82.034	15.751	**171.223**
Paraguaçu				5.750	4.611	110.848	108.966	40.506	**270.681**
Ivaí				8.662	12.740	46.190	379.137	348.458	**795.187**
ESTE				868	4.546	6.243	122.486	140.757	**274.899**
EDTE					14.635	175.155	1.837	-	**191.626**
Sant'Ana					-	32.172	151.021	268.325	**451.518**
Total	**2.619**	**4.751**	**22.378**	**109.195**	**208.716**	**718.306**	**1.535.184**	**975.927**	**3.577.076**

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de implementação de infraestrutura em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o resultado em IFRS divulgado pela companhia. O ajuste na linha de custos de implementação de infraestrutura gerado pela adoção do CPC 47, relativo ao tratamento de adiantamento com fornecedores até 31 de dezembro de 2017, foi lançado na conta de reserva especial do exercício social de 2018 (PL). Para fins do acompanhamento na tabela acima, este impacto foi adicionado ao valor de investimentos de cada projeto no ano de 2017.

4.20. Projetos em Construção

A Companhia possui atualmente 6 empreendimentos em construção com um investimento total ANEEL de R$ 5.634 MM e uma RAP de R$ 862,1 MM (ciclo RAP 2021-2022). Considerando apenas a participação da Taesa nessas concessões, o investimento ANEEL é de R$ 3.997 MM com uma RAP proporcional de R$ 529,5 MM.

Leilões	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2021-22) R$ MM	Capex ANEEL R$ MM	Assinatura do Contrato	Prazo de Conclusão ANEEL	Status
Leilão 013/2013 (Dez/13)	Mariana (Lote A)	82 km / Minas Gerais	100% Taesa	17,8	107	mai/14	mai/17	Concluído em 25/05/2020
Leilão 013/2015 (Abr/16)	Miracema (Lote P)	90 km / Tocantins	100% Taesa	74,5	276	jun/16	dez/19	Concluído em 29/11/2019
	EDTE (Lote M)	167 km / Bahia	25% Taesa 25% Apollo 12 50% ENTE	76,1	368	dez/16	dez/19	Concluído em 20/01/2020
Leilão 013/2015 2º Parte (Out/16)	ESTE (Lote 22)	236 km / Minas Gerais e Espirito Santo	50% Taesa 50% Alupar (100% EATE-TBE)	123,6	486	fev/17	fev/22	Em andamento
	Janaúba (Lote 17)	545 km / Bahia e Minas Gerais	100% Taesa	213,6	960	fev/17	fev/22	Concluído em 01/09/2021
	Aimorés (Lote 4)	208 km / Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	87,4	341	fev/17	fev/22	Em andamento
	Paraguaçu (Lote 3)	338 km / Bahia e Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	130,4	510	fev/17	fev/22	Em andamento
Leilão 005/2016 (Abr/16)	Ivaí (Lote 1)	600 km / Paraná	50% Taesa 50% CTEEP	323,7	1.937	ago/17	ago/22	Em andamento
Leilão 004/2018 Dez/18	Sant'Ana (Lote 12)	591 km / Rio Grande de Sul	100% Taesa	67,1	610	mar/19	mar/23	Em andamento
Leilão 002/2021 Dez/21	Ananaí (Lote 1)	363 km / São Paulo e Paraná	100% Taesa	129,9	1.750	mar/22	mar/27	Em andamento
TOTAL		**3.221 km**		**R$ 1.244 MM**	**R$ 7.345 MM**			

Status dos Projetos

Janaúba

- Projeto básico aprovado pela ANEEL/ONS para subestações e para as linhas de transmissão.
- Finalizadas as atividades de implementação de traçado / topografia.
- Licença Prévia (LP) emitida em setembro de 2018.
- Contrato de financiamento assinado junto ao BNB em setembro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em novembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- 1ª emissão de debêntures de Janaúba em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em julho de 2019.
- 2ª emissão de debêntures de Janaúba em dezembro de 2019.
- Energização concluída em 1º de setembro de 2021.
- Emissão do Termo de Liberação Definitiva em 10 de setembro de 2021, com data retroativa a 1º de setembro de 2021.
- Concessão em operação.

ESTE

- Projeto básico protocolado na ANEEL e já aprovado no ONS.
- Licença Prévia (LP) emitida em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em outubro de 2019.
- 1ª emissão de debêntures da ESTE em dezembro de 2019.
- Emitida a Ordem de Serviço de Campo (OSC) para início dos trabalhos de campo.
- Licença de Operação emitida em 17 de dezembro de 2021.
- Avanço físico em 98% em 31 de dezembro de 2021.

Aimorés

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em abril de 2019.
- Avanço físico em 96% em 31 de dezembro de 2021.

Paraguaçu

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em maio de 2019.
- Avanço físico em 95% em 31 de dezembro de 2021.

Ivaí

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230 kV emitida em setembro de 2018.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.

- Licença de Instalação (LI) emitida para SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019, SE Paranavaí Norte - 230/138 kV em maio de 2019, LT 230 kV Sarandi - Paranavaí Norte em junho de 2019, e para SEs de Londrina de 525 kV, Foz do Iguaçu de 525 kV e Guaíra de 525 kV/230 kV e LT 525 kV Sarandi - Londrina em agosto de 2019.
- 1ª emissão de debêntures de Ivaí em janeiro de 2020.
- Avanço físico em 93% em 31 de dezembro de 2021.

Sant'Ana

- Constituição da empresa Sant'Ana Transmissora de Energia S.A. em janeiro de 2019.
- Assinatura do contrato de concessão em 22 de março de 2019.
- Licenças Prévia e de Instalação (LPI) emitidas para SEs Livramento 3 e Maçambará 3, ambas de 230kV, em outubro de 2019.
- Licenças Prévias (LP) emitidas para todas as linhas de transmissão e para as 3 subestações existentes (SE Alegrete 2, SE Cerro Chato e SE Santa Maria 3) em dezembro de 2019.
- Emitida Licença de Instalação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1), LT Livramento 3 – Maçambará 3 (C1), LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), e seccionamentos LT Maçambará – Santo Ângelo (C1/C2), todas com tensão de 230kV, bem como para as ampliações nas subestações existentes de SE 230kV Alegrete 2 e SE 230kV Cerro Chato em abril de 2020.
- Emitida última Licença de Instalação para a linha de transmissão LT 230kV CS Livramento 3 – Santa Maria 3 e para a ampliação das subestações existentes associadas em novembro de 2020.
- Avanço físico em 83% em 31 de dezembro de 2021.

Ananaí

- Constituição da empresa Ananaí Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2021 para construir e operar o Lote 1 do Leilão 002/2021.

4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)

A Taesa nas atividades de implantação, operação e manutenção dos ativos de transmissão de energia elétrica, assim como em seus processos administrativos e de gestão do negócio, considera o tema Sustentabilidade um importante valor a ser cultivado e mantido como parte de sua cultura organizacional, a fim de manter a segurança e confiabilidade de seus processos, bem como a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

A Companhia atua em diversas frentes e ações voltadas para o tema socioambiental e de governança, dando publicidade as mesmas em seu relatório de sustentabilidade, que é uma publicação que atende aos requisitos da Aneel e também à demanda de diversas partes interessadas. Buscando sempre a melhora contínua de seus processos, a Companhia identificou oportunidade de avançar na estratégia de comunicação de suas ações relacionadas aos temas ASG e buscar novas e melhores práticas do mercado.

A Taesa realizou um trabalho com uma consultoria especializada para avaliar a maturidade em ASG e traçou um plano de ação. A avaliação inicial da consultoria demonstrou um grau bem satisfatório de maturidade e aderência às boas práticas ASG pela Taesa. A partir desse trabalho e buscando um aprimoramento contínuo das práticas ASG, no âmbito do negócio de transmissão, a Companhia definiu um plano de ação de 4 anos (2020 a 2023).

Dentre as ações mapeadas, a Companhia tem implementado as seguintes:

- Signatário do Pacto Global da ONU comprometido com à Agenda 2030 (ODS)
- Relatório de Sustentabilidade 2020 conforme Global Reporting Initiative (GRI)
- Início do processo de elaboração da matriz de materialidade (GRI)
- Emissão de 5 debêntures verdes
- Política de biodiversidade
- Certificação Great Place to Work 2021-2022 – 1º lugar no Destaque GPTW Energia 2020 - Segmento Geração, Distribuição e Transmissão
- Projetos de responsabilidade social
- Compromisso para a redução de combustível fóssil na frota
- Cláusulas ambientais e sociais em contratos com fornecedores
- Programa de diversidade e inclusão
- Conclusão do inventário de gases de efeitos estufa (GEE), estruturado com base na metodologia GHG Protocol
- Aprovação do planejamento estratégico de longo prazo da Taesa
- Programa Segurança 100%
- Intensificação das medidas de proteção, segurança e saúde frente a pandemia
- Disciplina financeira associada a remuneração adequada aos acionistas
- Adesão aos Princípios de Empoderamento das Mulheres - ONU Mulheres
- Reformulação da seção de Sustentabilidade do website de Relações com Investidores da Taesa

É importante ressaltar a criação do programa de Diversidade e Inclusão composto por um plano de 18 ações segregadas em torno de 100 atividades com o objetivo de valorizar, promover e adotar a diversidade e a inclusão. A seguir, elencamos algumas ações do programa:

- Criação do Comitê de Diversidade

- Criação de Política de Diversidade e Inclusão
- Criação do Termo de Compromisso com a Diversidade e Inclusão
- Fóruns com a participação das executivas como palestrantes
- Curso de formação de eletricistas para mulheres
- Metas de contratação de pessoas negras
- Palestras sobre os temas de diversidade
- Curso preparatório para o mercado de trabalho para PCDs
- Capítulos de LGBTQIA+, Empoderamento Feminino e Raça e etnia do livro sobre o programa de diversidade

Para mais informações, acesse o website de RI e o Relatório de Sustentabilidade da Taesa (2020): https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/visao-geral/

O painel de indicadores ASG está disponível no website de RI: https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/indicadores-asg/

4.22. Iniciativas para Mitigar os Impactos da COVID-19

O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Taesa. Desde então, a Companhia vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

Proteção da saúde dos colaboradores

- Adoção de medidas para resguardar nosso maior ativo, as pessoas, e garantir a continuidade das nossas operações;
- Comunicação frequente e atualizada para todos os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- Retorno gradual às atividades em modelo híbrido, intercalando presencial com *home office* e mantendo todos os protocolos de segurança e saúde necessários;
- Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- Vacinação contra a gripe influenza para todos;
- Reforço na comunicação sobre a importância do atendimento às medidas de proteção e cuidado (Campanha “Eu cuido de você e você cuida de mim”);
- Incentivo à imunização completa: 73% do quadro de funcionários atualmente imunizado e na busca por 100%; 99,59% do quadro de funcionários atualmente com as 2 doses ou 1 dose da Janssen e reforçando a importância da dose de reforço.
- Reforço de informações sobre os cuidados preventivos que devem continuar no pós vacina.

Continuidade das operações e dos empreendimentos em construção

- Criação do Comitê de Superação e do Comitê de Gestão de Fornecedores;
- Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;
- Manutenção dos altos índices de disponibilidade (99,86% em 2021);
- Todas as obras dos empreendimentos em construção estão em andamento;
- A Companhia continua trabalhando na busca do cumprimento do cronograma de entrega dos projetos;
- Manutenção dos investimentos nos empreendimentos em construção – R$ 2,5 bilhões investidos entre 2020 e 2021.

Preservação da saúde financeira da Companhia

- Manutenção de posição de liquidez confortável;
- Adequado perfil de dívida com custos baixos e prazos alongados;
- A mais alta nota de risco de crédito junto às agências Moody’s e Fitch (AAA na Escala Nacional);
- 100% dos recursos para financiar os projetos em construção foram captados;
- Consistente geração operacional de caixa, com manutenção dos baixos níveis de inadimplência históricos da Companhia;
- Disciplina financeira associada a remuneração adequada aos acionistas;
- Monitoramento contínuo da inadimplência e dos efeitos da crise no setor elétrico.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Receita IFRS por Concessão

A Receita de **Remuneração do Ativo Contratual** é o resultado da multiplicação do saldo do ativo pela Taxa do Projeto. A **Correção Monetária do Ativo Contratual** é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários. A **Receita de O&M** é um valor anualmente ajustado pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP. A **Parcela Variável** (PV) é a penalidade decorrente da indisponibilidade das linhas (ver detalhe na seção 4.1). Todas as contas de receita acima mencionadas são referentes ao período operacional das concessões.

No DRE, a **Remuneração do Ativo Contratual**, a **Correção Monetária do Ativo Contratual,** a **Receita de Implementação de Infraestrutura** e a **Receita de O&M** são contabilizadas na Receita, como mostrado na tabela abaixo.

Receita IFRS

R$ MM					4T21
Concessão	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	PV
NOVATRANS	57,2	0,4	0,6	45,8	2,4
TSN	20,3	64,2	0,6	86,6	(2,7)
MUNIRAH	1,0	(5,8)	0,3	5,7	(0,0)
GTESA	0,8	0,0	-	0,8	(0,0)
PATESA	2,5	(0,6)	-	1,9	(0,0)
ETEO	11,3	0,1	-	17,3	7,3
NTE	14,2	0,9	0,1	14,1	(0,4)
STE	8,6	3,1	0,0	5,6	(0,0)
ATE	11,6	(79,2)	0,0	10,8	(0,2)
ATE II	18,3	0,2	0,0	24,2	0,1
ATE III	10,6	73,5	0,0	10,3	(0,2)
ETAU	2,1	0,6	-	3,5	(0,1)
BRASNORTE	6,2	6,9	-	0,8	(0,0)
SÃO GOTARDO	0,9	2,2	-	0,3	(0,1)
SÃO JOÃO	9,4	19,4	-	2,0	(0,4)
SÃO PEDRO	8,4	16,0	14,7	1,6	(0,1)
LAGOA NOVA	2,9	4,2	-	0,5	-
MARIANA	3,1	6,7	-	0,6	(0,6)
MIRACEMA	13,6	19,2	-	4,0	(0,0)
JANAÚBA	33,6	102,3	(0,6)	7,4	(0,0)
SANT'ANA	-	-	71,9	-	-
AIMORÉS	-	-	10,8	-	-
PARAGUAÇÚ	-	-	19,2	-	-
IVAÍ	-	-	197,3	-	-
EATE	17,3	0,2	0,3	7,8	(0,1)
EBTE	4,2	12,0	0,4	2,5	(0,8)
ECTE	1,3	0,0	0,1	0,6	(0,0)
EDTE	8,4	12,4	0,1	1,3	-
ENTE	9,3	0,1	0,3	3,9	0,1
ERTE	1,7	0,0	0,1	1,4	(0,0)
ESDE	1,1	2,1	0,0	0,4	(0,0)
ESTE	-	-	89,2	-	-
ETEP	3,5	0,0	0,2	2,4	(4,3)
ETSE	0,7	1,6	0,0	0,2	-
LUMITRANS	0,9	0,0	0,1	0,5	0,0
STC	0,9	2,0	0,1	0,8	(0,0)
TRANSIRAPE	1,7	0,0	0,3	0,8	(0,0)
TRANSLESTE	2,5	0,0	0,1	0,6	(0,0)
TRANSUDESTE	1,4	0,0	0,1	0,5	(0,0)
Total	**291,4**	**264,9**	**406,2**	**267,8**	**(0,1)**

5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)



Concessão	Taxa Anual*	Ativo Contratual 3T21	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	RAP	Ativo Contratual 4T21
NOVATRANS	10%	1.655,5	57,2	0,4	0,6	45,8	(120,8)	1.638,6
TSN	11%	765,3	20,3	64,2	0,6	86,6	(114,3)	822,8
MUNIRAH	12%	64,3	1,0	(5,8)	0,3	5,7	(7,5)	58,0
GTESA	11%	31,2	0,8	0,0	-	0,8	(2,0)	30,9
PATESA	8%	133,7	2,5	(0,6)	-	1,9	(6,0)	131,6
ETEO	10%	456,5	11,3	0,1	-	17,3	(36,1)	449,1
NTE	15%	405,6	14,2	0,9	0,1	14,1	(31,5)	403,4
STE	10%	340,1	8,6	3,1	0,0	5,6	(17,4)	340,1
ATE	10%	713,7	11,6	(79,2)	0,0	10,8	(30,5)	626,4
ATE II	9%	901,2	18,3	0,2	0,0	24,2	(68,4)	875,5
ATE III[13]	7%	463,7	10,6	73,5	0,0	10,3	(38,2)	519,9
ETAU[3]	18%	166,9	2,1	0,6	-	3,5	(7,9)	165,2
BRASNORTE[3]	6%	228,0	6,2	6,9	-	0,8	(7,8)	234,1
SÃO GOTARDO[1]	5%	68,6	0,9	2,2	-	0,3	(1,5)	70,4
SÃO JOÃO[13]	6%	625,7	9,4	19,4	-	2,0	(14,0)	642,6
SÃO PEDRO[13]	6%	565,4	8,4	16,0	14,7	1,6	(11,9)	594,3
LAGOA NOVA[13]	9%	130,7	2,9	4,2	-	0,5	(3,6)	134,7
MARIANA[13]	6%	214,0	3,1	6,7	-	0,6	(4,6)	219,8
MIRACEMA[13]	9%	602,2	13,6	19,2	-	4,0	(18,8)	620,3
JANAÚBA[13]	10%	2.124,8	33,6	102,3	(0,6)	7,4	(78,5)	2.189,0
SANT'ANA[123]	9%	447,0	-	-	71,9	-	-	518,9
AIMORÉS[1234]	8%	372,9	-	-	10,8	-	-	383,7
PARAGUAÇÚ[1234]	8%	580,9	-	-	19,2	-	-	600,1
IVAÍ[1234]	8%	1.329,8	-	-	197,3	-	-	1.527,2
EATE[3]	7%	1.110,4	17,3	0,2	0,3	7,8	(44,7)	1.091,3
EBTE[1]	4%	406,2	4,2	12,0	0,4	2,5	(10,2)	415,1
ECTE	6%	92,4	1,3	0,0	0,1	0,6	(3,7)	90,7
EDTE[13]	9%	387,8	8,4	12,4	0,1	1,3	(10,5)	399,4
ENTE	6%	661,0	9,3	0,1	0,3	3,9	(23,0)	651,5
ERTE	5%	139,3	1,7	0,0	0,1	1,4	(5,2)	137,3
ESDE[1]	7%	68,2	1,1	2,1	0,0	0,4	(1,9)	70,0
ESTE[123]	8%	501,5	-	-	89,2	-	-	590,7
ETEP	6%	236,1	3,5	0,0	0,2	2,4	(10,0)	232,2
ETSE[1]	6%	52,2	0,7	1,6	0,0	0,2	(1,2)	53,5
LUMITRANS	5%	76,4	0,9	0,0	0,1	0,5	(4,4)	73,5
STC[1]	5%	75,5	0,9	2,0	0,1	0,8	(3,9)	75,3
TRANSIRAPE	8%	108,0	1,7	0,0	0,3	0,8	(4,9)	106,0
TRANSLESTE	10%	104,5	2,5	0,0	0,1	0,6	(4,1)	103,6
TRANSUDESTE	8%	76,2	1,4	0,0	0,1	0,5	(4,2)	74,0
Total		**17.483,7**	**291,4**	**264,9**	**406,2**	**267,8**	**(753,1)**	**17.960,8**

[1] As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

[2] em construção

[3] As taxas de remuneração foram ajustadas com base no Ofício Circular CVM nº 04/2020, que trata dos aspectos relevantes do CPC 47 e CPC 48 para as transmissoras.

[4] Alteração de metodologia de cálculo do ativo contratual impactou o saldo do ativo contratual da AIE no 1T21

5.3. DRE 4T21

DRE

	IFRS			Regulatório		
R$ mil	**4T21**	**4T20***	**Var.%**	**4T21**	**4T20**	**Var.%**
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	599.529	439.443	36,4%
Operação e manutenção	240.521	175.025	37,4%	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	234.504	180.939	29,6%	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	233.668	489.373	-52,3%	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	87.681	415.413	-78,9%	-	-	-
Outras receitas operacionais	(13.441)	5.767	-	293	(8.668)	-
Parcela variável	5.135	(7.683)	-	5.135	(7.683)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**788.069**	**1.258.835**	**-37,4%**	**604.957**	**423.093**	**43,0%**
PIS e COFINS	(51.634)	(74.025)	-30,2%	(34.620)	(24.180)	43,2%
ISS	(207)	(147)	41,0%	(207)	(147)	41,0%
ICMS	(37)	(8)	389,9%	(37)	(8)	389,9%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(19.233)	(15.813)	21,6%	(19.233)	(15.813)	21,6%
Outras deduções	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(71.111)	(89.992)	-21,0%	(54.096)	(40.147)	34,7%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**716.958**	**1.168.842**	**-38,7%**	**550.860**	**382.946**	**43,8%**
Pessoal	(48.700)	(43.703)	11,4%	(48.700)	(43.703)	11,4%
Material	(80.537)	(256.851)	-68,6%	(1.541)	(1.730)	-10,9%
Serviços de terceiros	(28.704)	(22.495)	27,6%	(28.704)	(22.495)	27,6%
Outras despesas operacionais	(10.560)	(10.964)	-3,7%	(24.941)	(28.109)	-11,3%
Custos e Despesas	**(168.502)**	**(334.014)**	**-49,6%**	**(103.888)**	**(96.038)**	**8,2%**
Depreciação e amortização	(6.140)	(3.178)	93,2%	(68.794)	(62.623)	9,9%
Custos, Despesas e D&A	**(174.642)**	**(337.191)**	**-48,2%**	**(172.681)**	**(158.660)**	**8,8%**
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**542.316**	**831.651**	**-34,8%**	**378.179**	**224.285**	**68,6%**
Resultado de equivalência patrimonial	147.633	282.108	-47,7%	25.958	31.958	-18,8%
Renda de aplicação financeira	14.040	5.850	140,0%	14.040	5.850	140,0%
Despesas financeiras	(237.556)	(198.770)	19,5%	(237.031)	(198.212)	19,6%
Empréstimos e financiamentos	(40.530)	29.520	-	(40.530)	29.520	-
- Juros incorridos	(3.340)	(8.351)	-60,0%	(3.340)	(8.351)	-60,0%
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-
- Variação cambial	(34.970)	44.968	-	(34.970)	44.968	-
- Ajuste ao valor justo	(2.220)	(7.096)	-68,7%	(2.220)	(7.096)	-68,7%
Instrumentos financeiros derivativos	20.892	(54.049)	-	20.892	(54.049)	-
- Juros incorridos	(16.298)	(16.178)	0,7%	(16.298)	(16.178)	0,7%
- Variação cambial	34.970	(44.968)	-	34.970	(44.968)	-
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	2.220	7.096	-68,7%	2.220	7.096	-68,7%
Debêntures	(218.586)	(172.110)	27,0%	(218.586)	(172.110)	27,0%
- Juros incorridos	(105.042)	(65.180)	61,2%	(105.042)	(65.180)	61,2%
- Variações monetárias	(113.544)	(106.930)	6,2%	(113.544)	(106.930)	6,2%
- Marcação a Mercado	-	-	-	-	-	-
Despesa Financeira – Arrendamento	(525)	(558)	-6,0%	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	1.192	(1.573)	-	1.192	(1.573)	-
Resultado financeiro	**(223.515)**	**(192.920)**	**15,9%**	**(222.991)**	**(192.362)**	**15,9%**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**466.434**	**920.840**	**-49,3%**	**181.146**	**63.882**	**183,6%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(43.356)	(170.752)	-74,6%	(75.676)	14.670	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**423.077**	**750.088**	**-43,6%**	**105.470**	**78.553**	**34,3%**
EBITDA	**548.457**	**834.829**	**-34,3%**	**446.973**	**286.908**	**55,8%**
Margem EBITDA	**76,5%**	**71,4%**	**5,1 pp**	**81,1%**	**74,9%**	**6,2 pp**

* Em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47 (IFRS 15), o resultado do 4T20 sofreu ajustes como consequência das reclassificações dos saldos de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020.

5.4. DRE 2021

DRE

	IFRS			Regulatório		
R$ mil	**2021**	**2020**	**Var.%**	**2021**	**2020**	**Var.%**
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	2.039.028	1.727.646	18,0%
Operação e manutenção	826.013	676.162	22,2%	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	807.358	657.818	22,7%	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	1.216.276	1.007.626	20,7%	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	915.031	1.523.739	-39,9%	-	-	-
Outras receitas operacionais	23.967	32.402	-26,0%	1.395	(16.506)	-
Parcela variável	(20.792)	(23.136)	-10,1%	(20.792)	(23.136)	-10,1%
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**3.767.853**	**3.874.612**	**-2,8%**	**2.019.631**	**1.688.004**	**19,6%**
PIS e COFINS	(225.269)	(245.517)	-8,2%	(111.957)	(95.402)	17,4%
ISS	(638)	(507)	25,7%	(638)	(507)	25,7%
ICMS	(129)	(93)	38,9%	(129)	(93)	38,9%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(69.767)	(67.208)	3,8%	(69.767)	(67.208)	3,8%
Outras deduções	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(295.803)	(313.325)	-5,6%	(182.491)	(163.210)	11,8%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**3.472.050**	**3.561.287**	**-2,5%**	**1.837.140**	**1.524.794**	**20,5%**
Pessoal	(183.009)	(166.616)	9,8%	(183.009)	(166.616)	9,8%
Material	(501.811)	(922.080)	-45,6%	(5.598)	(3.818)	46,6%
Serviços de terceiros	(85.401)	(72.864)	17,2%	(85.401)	(72.864)	17,2%
Outras despesas operacionais	(25.357)	(23.685)	7,1%	(47.381)	(47.497)	-0,2%
Custos e Despesas	**(795.579)**	**(1.185.244)**	**-32,9%**	**(321.389)**	**(290.794)**	**10,5%**
Depreciação e amortização	(22.653)	(15.279)	48,3%	(260.435)	(242.135)	7,6%
Custos, Despesas e D&A	**(818.231)**	**(1.200.523)**	**-31,8%**	**(581.824)**	**(532.929)**	**9,2%**
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**2.653.819**	**2.360.763**	**12,4%**	**1.255.316**	**991.866**	**26,6%**
Resultado de equivalência patrimonial	781.436	833.942	-6,3%	130.239	162.280	-19,7%
Renda de aplicação financeira	34.283	38.813	-11,7%	34.283	38.813	-11,7%
Despesas financeiras	(844.392)	(514.338)	64,2%	(841.760)	(511.640)	64,5%
Empréstimos e financiamentos	(74.230)	(141.054)	-47,4%	(74.230)	(141.054)	-47,4%
- Juros incorridos	(21.100)	(28.080)	-24,9%	(21.100)	(28.080)	-24,9%
- Variações monetárias	-	-	0,0%	-	-	0,0%
- Variação cambial	(44.080)	(114.958)	-61,7%	(44.080)	(114.958)	-61,7%
- Ajuste ao valor justo	(9.049)	1.984	-	(9.049)	1.984	-
Instrumentos financeiros derivativos	(5.078)	87.418	-	(5.078)	87.418	-
- Juros incorridos	(58.207)	(25.556)	127,8%	(58.207)	(25.556)	127,8%
- Variação cambial	44.080	114.958	-61,7%	44.080	114.958	-61,7%
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	9.049	(1.984)	-	9.049	(1.984)	-
Debêntures	(750.852)	(445.834)	68,4%	(750.852)	(445.834)	68,4%
- Juros incorridos	(340.824)	(270.217)	26,1%	(340.824)	(270.217)	26,1%
- Variações monetárias	(410.027)	(175.616)	133,5%	(410.027)	(175.616)	133,5%
- Marcação a mercado	-	-	-	-	-	-
Despesa Financeira – Arrendamento	(2.633)	(2.697)	-2,4%	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(11.601)	(12.170)	-4,7%	(11.601)	(12.170)	-4,7%
Resultado financeiro	**(810.110)**	**(475.524)**	**70,4%**	**(807.477)**	**(472.827)**	**70,8%**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**2.625.145**	**2.719.182**	**-3,5%**	**578.077**	**681.318**	**-15,2%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(411.431)	(456.255)	-9,8%	(60.843)	(40.391)	50,6%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**2.213.714**	**2.262.927**	**-2,2%**	**517.234**	**640.927**	**-19,3%**
EBITDA	**2.676.472**	**2.376.043**	**12,6%**	**1.515.751**	**1.234.000**	**22,8%**
Margem EBITDA	**77,1%**	**66,7%**	**10,4 pp**	**82,5%**	**80,9%**	**1,6 pp**

5.5. DRE IFRS 4T21 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e Transmineirasse deveà amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE IFRS

R$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-
Operação e manutenção	3.490	21.897	-	-	-	1.864
Remuneração do ativo contratual de concessão	2.095	49.148	-	-	-	5.655
Correção monetária do ativo contratual de concessão	603	30.542	-	-	-	53
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	90.739	10.830	19.157	197.348	470
Outras receitas operacionais	1.853	1.793	-	-	-	1.931
Parcela variável	(50)	(5.098)	-	-	-	(61)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**7.991**	**189.021**	**10.830**	**19.157**	**197.348**	**9.912**
PIS e COFINS	(780)	(14.160)	(1.002)	(1.772)	(18.255)	(352)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(329)	(4.241)	-	-	-	(591)
Deduções da receita operacional bruta	**(1.108)**	**(18.401)**	**(1.002)**	**(1.772)**	**(18.255)**	**(942)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**6.883**	**170.620**	**9.829**	**17.385**	**179.093**	**8.969**
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS						
Pessoal	(244)	(5.632)	(171)	(256)	(285)	(332)
Material	(244)	(30.355)	(6.628)	(22.199)	(50.482)	(539)
Serviços de terceiros	(1.713)	(4.774)	(88)	(96)	(275)	(2.418)
Outras despesas operacionais	13	(2.280)	(8)	(9)	(8)	(21)
Custos e Despesas	**(2.188)**	**(43.041)**	**(6.896)**	**(22.561)**	**(51.050)**	**(3.310)**
Depreciação e amortização	(27)	(878)	(16)	(20)	(13)	(3)
Custos, Despesas e D&A	**(2.215)**	**(43.920)**	**(6.912)**	**(22.581)**	**(51.063)**	**(3.313)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**4.668**	**126.700**	**2.917**	**(5.196)**	**128.030**	**5.657**
Resultado de equivalência patrimonial	**-**	**440**	**-**	**-**	**-**	**-**
Renda de aplicação financeira	193	1.094	255	261	2.437	88
Despesas financeiras	(246)	(20.797)	(1)	(5)	(44.395)	(1.128)
Resultado financeiro	**(53)**	**(19.703)**	**254**	**256**	**(41.958)**	**(1.040)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**4.615**	**107.437**	**3.170**	**(4.940)**	**86.072**	**4.617**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.926)	(22.267)	(1.118)	1.647	(29.260)	(413)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**2.690**	**85.170**	**2.052**	**(3.293)**	**56.811**	**4.203**
EBITDA	**4.695**	**127.579**	**2.933**	**(5.176)**	**128.044**	**5.659**
Margem EBITDA	**68,2%**	**74,8%**	**29,8%**	**-29,8%**	**71,5%**	**63,1%**

5.6. DRE IFRS 2021 (Subsidiárias)

DRE IFRS

R$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	4.328	7.719	-	-	-	6.895
Parcela variável	(1)	(6.591)	-	-	-	(236)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**35.610**	**1.020.703**	**48.931**	**86.031**	**752.608**	**80.138**
PIS e COFINS	(3.457)	(64.289)	(4.526)	(7.958)	(69.616)	(2.885)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(1.067)	(15.478)	-	-	-	(2.221)
Deduções da receita operacional bruta	**(4.524)**	**(79.766)**	**(4.526)**	**(7.958)**	**(69.616)**	**(5.107)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**31.085**	**940.937**	**44.405**	**78.073**	**682.992**	**75.031**
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS						
Pessoal	(532)	(21.579)	(407)	(634)	(572)	(1.111)
Material	82	(143.309)	(15.751)	(40.506)	(348.458)	(3.927)
Serviços de terceiros	(3.420)	(14.548)	(462)	(486)	(783)	(4.773)
Outras despesas operacionais	(93)	(6.254)	(36)	(45)	(32)	(176)
Custos e despesas	**(3.963)**	**(185.690)**	**(16.656)**	**(41.670)**	**(349.846)**	**(9.986)**
Depreciação e amortização	(27)	(955)	(57)	(74)	(52)	(14)
Custos, Despesas e D&A	**(3.990)**	**(186.645)**	**(16.713)**	**(41.745)**	**(349.898)**	**(10.000)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**27.095**	**754.292**	**27.692**	**36.328**	**333.095**	**65.031**
Resultado de equivalência patrimonial	**-**	**5.034**	**-**	**-**	**-**	**-**
Renda de aplicação financeira	127	3.242	489	472	10.444	617
Despesas financeiras	(774)	(64.388)	(8)	(18)	(147.279)	(4.368)
Resultado financeiro	**(647)**	**(61.146)**	**481**	**453**	**(136.835)**	**(3.751)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**26.449**	**698.180**	**28.173**	**36.782**	**196.259**	**61.281**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.442)	(176.443)	(9.529)	(12.443)	(62.050)	(2.979)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**25.006**	**521.737**	**18.644**	**24.339**	**134.209**	**58.302**
EBITDA	**27.122**	**755.247**	**27.749**	**36.402**	**333.147**	**65.045**
Margem EBITDA	**87,3%**	**80,3%**	**62,5%**	**46,6%**	**48,8%**	**86,7%**

5.7. DRE Regulatório 4T21 (Subsidiárias)

DRE Regulatório

	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	9.710	120.463	-	-	-	15.116
Operação e manutenção	-	-	-	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-	-	-	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	9	-	-	-	-
Parcela variável	(50)	(5.098)	-	-	-	(61)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**9.660**	**115.374**	**-**	**-**	**-**	**15.055**
PIS e COFINS	(447)	(5.657)	-	-	-	(550)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(329)	(4.401)	-	-	-	(591)
Deduções da receita operacional bruta	(776)	(10.058)	-	-	-	(1.140)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**8.884**	**105.316**	**-**	**-**	**-**	**13.915**
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS						
Pessoal	(244)	(5.632)	(171)	(256)	(285)	(332)
Material	(5)	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(1.713)	(4.774)	(88)	(96)	(275)	(2.418)
Outras despesas operacionais	(15)	(2.280)	(15)	(16)	(15)	(21)
Custos e Despesas	**(1.977)**	**(12.686)**	**(275)**	**(369)**	**(575)**	**(2.771)**
Depreciação e amortização	(881)	(11.562)	(9)	(13)	(6)	(1.289)
Custos, Despesas e D&A	**(2.857)**	**(24.248)**	**(283)**	**(382)**	**(581)**	**(4.060)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**6.027**	**81.068**	**(283)**	**(382)**	**(581)**	**9.855**
Resultado de equivalência patrimonial	**-**	**850**	**-**	**-**	**-**	**-**
Renda de aplicação financeira	193	1.094	255	261	2.437	88
Despesas financeiras	(245)	(20.797)	(1)	(5)	(44.395)	(1.128)
Resultado financeiro	**(52)**	**(19.703)**	**254**	**256**	**(41.958)**	**(1.040)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**5.975**	**62.215**	**(29)**	**(126)**	**(42.540)**	**8.815**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.244)	(6.842)	10	43	14.463	(485)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**3.731**	**55.372**	**(19)**	**(83)**	**(28.076)**	**8.330**
EBITDA	**6.907**	**92.630**	**(275)**	**(369)**	**(575)**	**11.144**
Margem EBITDA	**77,8%**	**88,0%**	**-**	**-**	**-**	**80,1%**

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e Transmineiras se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

5.8. DRE Regulatório 2021 (Subsidiárias)

DRE Regulatório

	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	34.276	429.062	-	-	-	56.840
Outras receitas operacionais	-	9	-	-	-	-
Parcela variável	(51)	(6.591)	-	-	-	(236)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**34.225**	**422.480**	**-**	**-**	**-**	**56.605**
PIS e COFINS	(1.574)	(20.359)	-	-	-	(2.066)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(1.396)	(15.478)	-	-	-	(2.221)
Deduções da receita operacional bruta	**(2.969)**	**(35.837)**	**-**	**-**	**-**	**(4.287)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**31.256**	**386.643**	**-**	**-**	**-**	**52.317**
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS						
Pessoal	(776)	(21.579)	(407)	(634)	(572)	(1.111)
Material	(30)	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(5.133)	(14.548)	(462)	(486)	(783)	(4.773)
Outras despesas operacionais	(126)	(6.254)	(65)	(74)	(62)	(176)
Custos e despesas	**(6.066)**	**(42.381)**	**(934)**	**(1.194)**	**(1.416)**	**(6.059)**
Depreciação e amortização	(3.519)	(45.582)	(30)	(47)	(25)	(5.154)
Custos, Despesas e D&A	**(9.585)**	**(87.963)**	**(964)**	**(1.241)**	**(1.441)**	**(11.213)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**21.671**	**298.680**	**(964)**	**(1.241)**	**(1.441)**	**41.104**
Resultado de equivalência patrimonial	**-**	**3.615**	**-**	**-**	**-**	**-**
Renda de aplicação financeira	321	3.242	489	472	10.444	617
Despesas financeiras	(1.018)	(64.388)	(4)	(15)	(147.276)	(4.368)
Resultado financeiro	**(697)**	**(61.146)**	**485**	**457**	**(136.832)**	**(3.751)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**20.974**	**241.149**	**(479)**	**(784)**	**(138.273)**	**37.354**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(342)	(25.131)	244	353	51.678	(1.918)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**20.632**	**216.018**	**(235)**	**(431)**	**(86.595)**	**35.436**
EBITDA	**25.190**	**344.262**	**(934)**	**(1.194)**	**(1.416)**	**46.258**
Margem EBITDA	**80,6%**	**89,0%**	**-**	**-**	**-**	**88,4%**

5.9. Reconciliação do EBITDA

A reconciliação do EBITDA exclui o impacto ocasionado pela equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

Reconciliação EBITDA IFRS

R$ MM	4T21	4T20*	Var.%	2021	2020	Var.%
Lucro Líquido	423,1	750,1	-43,6%	2.213,7	2.262,9	-2,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social	43,4	170,8	-74,6%	411,4	456,3	-9,8%
Despesas Financeiras Líquidas	223,5	192,9	15,9%	810,1	475,5	70,4%
Depreciação e Amortização	6,1	3,2	93,2%	22,7	15,3	48,3%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(147,6)	(282,1)	-47,7%	(781,4)	(833,9)	-6,3%
EBITDA	**548,5**	**834,8**	**-34,3%**	**2.676,5**	**2.376,0**	**12,6%**
Margem EBITDA	**76,5%**	**71,4%**	**5,1 pp**	**77,1%**	**66,7%**	**10,4 pp**

** Em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47 (IFRS 15), o resultado do 4T20 sofreu ajustes como consequência das reclassificações dos saldos de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020.*

Reconciliação EBITDA Regulatório

R$ MM	4Q21	4Q20	Var.%	2021	2020	Var.%
Lucro Líquido	105,5	78,6	34,3%	517,2	640,9	-19,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	75,7	(14,7)	-615,8%	60,8	40,4	50,6%
Despesas Financeiras Líquidas	223,0	192,4	15,9%	807,5	472,8	70,8%
Depreciação e Amortização	68,8	62,6	9,9%	260,4	242,1	7,6%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(26,0)	(32,0)	-18,8%	(130,2)	(162,3)	-19,7%
EBITDA	**447,0**	**286,9**	**55,8%**	**1.515,8**	**1.234,0**	**22,8%**
Margem EBITDA	**81,1%**	**74,9%**	**6,2 pp**	**82,5%**	**80,9%**	**1,6 pp**

5.10. Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial

		4T21	
R$ mil	IFRS	Ajustes	Regulatório
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa	384.824	-	384.824
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-
Clientes	212.069	-	212.069
Ativo contratual de concessão	1.320.728	1.320.728	-
Impostos e contribuições sociais	160.897	-	160.897
Cauções e depósitos vinculados	11	-	11
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a receber	208	-	208
Estoque	15.308	-	15.308
Outras contas a receber	41.138	-	41.138
Total do Ativo Circulante	**2.135.183**	**1.320.728**	**814.455**
Títulos e Valores Mobiliários - Não circulante	9.948	-	9.948
Ativo contratual de concessão	9.799.690	9.799.690	-
Tributos Diferidos	-	-	-
Impostos e Contribuições Diferidos	-	(57.308)	57.308
Impostos e contribuições sociais	-	-	-
Investimentos	3.436.678	1.896.988	1.539.690
Clientes	21.332	-	21.332
Depósitos judiciais	64.771	-	64.771
Instrumentos financeiros derivativos	207.267	-	207.267
Outras contas a receber	35.616	-	35.616
Imobilizado	73.892	(6.402.981)	6.476.873
Intangível	98.801	(166.176)	264.977
Direito de uso	12.457	12.457	-
Total do Ativo Não Circulante	**13.760.452**	**5.082.670**	**8.677.782**
Total do Ativo	**15.895.635**	**6.403.398**	**9.492.237**
Passivos			
Fornecedores	131.622	-	131.622
Impostos e contribuições sociais	58.894	-	58.894
Empréstimos e financiamentos	15.672	-	15.672
Debêntures	933.841	-	933.841
Passivo de arrendamento	8.533	8.533	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a pagar	147.048	-	147.048
Taxas regulamentares	51.679	-	51.679
Outras contas a pagar	69.841	-	69.841
Total do Passivo Circulante	**1.417.130**	**8.533**	**1.408.597**
Empréstimos e financiamentos	614.073	-	614.073
Debêntures	5.225.510	-	5.225.510
Passivo de arrendamento	7.257	7.257	-
Instrumentos financeiros derivativos	33.679	-	33.679
Impostos e contribuições diferidos	1.172.751	1.006.024	166.727
Tributos diferidos	638.209	638.209	-
Provisão para contingências	49.126	2.594	46.532
Provisão para desmobilização de ativos	457	457	-
Obrigações especiais	-	(10.954)	10.954
Fornecedores	16.506	-	16.506
Outras contas a pagar	36.181	-	36.181
Total do Passivo Não Circulante	**7.793.749**	**1.643.587**	**6.150.162**
Patrimônio Líquido			
Capital social realizado	3.042.035	-	3.042.035
Reserva de capital	598.736	4.229	594.507
Reserva de lucros	2.368.240	-	2.368.240
Dividendos adicionais propostos	653.282	-	653.282
Ajuste de avaliação patrimonial	22.463	-	22.463
Reserva AFAC	-	-	-
Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	-	4.747.049	(4.747.049)
Resultado do período	-	-	-
Atribuído a participação dos acionistas controladores	**6.684.756**	**4.751.278**	**1.933.478**
Participação de acionistas não controladores	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	**6.684.756**	**4.751.278**	**1.933.478**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**15.895.635**	**6.403.398**	**9.492.237**

5.11. Fluxo de Caixa IFRS

Fluxo de Caixa

	2021
R$ mil	IFRS
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	**2.213.714**
Itens de resultado que não afetam o caixa:	
Resultado de equivalência patrimonial	(781.438)
Depreciação e amortização	13.979
Amortização de direito de uso	8.673
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	753
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	-
Receita de aplicações financeiras	(300)
Custo Implementação - provisão fornecedores	464.136
Juros, var monet e cambiais líq e mtm sobre emprest e Financ	74.229
Juros e variações monetárias sobre debêntures	750.851
Juros passivo de arrendamento	2.633
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	5.078
Imposto de renda e contribuição social correntes	21.763
Imposto de renda e contribuição social diferidos	389.667
Tributos diferidos	113.312
Remuneração do ativo contratual de concessão	(807.358)
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(1.216.276)
Receita de Implementação de Infraestrutura	(915.031)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-
Provisão (Reversão) para parcela variável	2.040
	340.425
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(25.427)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	1.190.443
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	4.317
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	16.362
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(441.207)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	(10.857)
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	9.594
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	423.809
	1.167.034
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	**1.507.459**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(58.885)
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	**1.448.574**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	(62)
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(52.356)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	(76.400)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	**(128.818)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(462.443)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(26.173)
Captação de debêntures	739.539
Pagamento de debêntures - principal	(295.354)
Pagamento de debêntures - juros	(213.270)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(13.086)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	1.742
Pagamento de passivo de arrendamento	(10.412)
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(1.551.506)
Adiantamento para futuro aumento de capital	
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	**(1.830.963)**
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(511.207)**
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	896.031
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	384.824
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(511.207)**

5.12. Fluxo de Caixa Regulatório

Fluxo de Caixa

	2021
R$ mil	Regulatório
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	**517.234**
Itens de resultado que não afetam o caixa:	
Resultado de equivalência patrimonial	(130.239)
Depreciação e amortização	260.435
Amortização de direito de uso	-
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	753
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	-
Receita de aplicações financeiras	(300)
Custo Implementação - provisão fornecedores	-
Juros, var monet e cambiais líq e mtm sobre emprest e Financ	74.229
Juros e variações monetárias sobre debêntures	750.851
Juros passivo de arrendamento	-
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	5.078
Imposto de renda e contribuição social correntes	21.763
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39.080
Tributos diferidos	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-
Provisão (Reversão) para parcela variável	2.040
	1.540.924
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(25.427)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	-
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	4.317
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	16.362
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	22.929
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	(10.857)
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	9.594
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	423.809
	440.727
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	**1.981.651**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(58.885)
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	**1.922.766**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	(62)
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(536.960)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	(76.400)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	
Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	**(613.422)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(462.443)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(26.173)
Captação de debêntures	739.539
Pagamento de debêntures - principal	(295.354)
Pagamento de debêntures - juros	(213.270)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(13.086)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	1.742
Pagamento de passivo de arrendamento	-
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(1.551.506)
Adiantamento para futuro aumento de capital	
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	**(1.820.551)**
	-
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(511.207)**
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	896.031
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	384.824
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(511.207)**

Aviso Legal

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelas normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL, enquanto órgão regulador, tem poderes para regular as concessões.

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Taesa são meramente projeções e, como tais, baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

EBITDA:

O EBITDA é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação, amortização e receitas. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como lucro líquido alternativo. O EBITDA apresentado é utilizado pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Dívida líquida:

A "dívida líquida" não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho financeiro.